

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.583
Preferenciais	0
Total	1.583

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.735.064	2.389.158
1.01	Ativo Circulante	440.829	210.169
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	406.007	177.016
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.240	14.847
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.240	14.847
1.01.07	Despesas Antecipadas	211	16
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.371	18.290
1.01.08.03	Outros	20.371	18.290
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a receber	16.273	14.372
1.01.08.03.03	Outros Créditos	4.052	3.871
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	46	47
1.02	Ativo Não Circulante	2.294.235	2.178.989
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.402	10.357
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10.402	10.357
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	10.402	10.357
1.02.02	Investimentos	2.279.501	2.164.199
1.02.02.01	Participações Societárias	2.279.501	2.164.199
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.316.454	1.194.531
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	963.047	969.668
1.02.03	Imobilizado	4.078	4.339
1.02.04	Intangível	254	94

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.735.064	2.389.158
2.01	Passivo Circulante	399.982	316.933
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.828	7.332
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.828	7.332
2.01.02	Fornecedores	1.448	4.668
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.227	304
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.227	304
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	3.227	304
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	298.141	290.762
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	298.141	290.762
2.01.05	Outras Obrigações	35.698	13.867
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	17
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	17
2.01.05.02	Outros	35.698	13.850
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	35.698	13.850
2.01.06	Provisões	53.640	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	53.640	0
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	53.640	0
2.02	Passivo Não Circulante	7.489	255
2.02.03	Tributos Diferidos	7.440	207
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.440	207
2.02.04	Provisões	49	48
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49	48
2.03	Patrimônio Líquido	2.327.593	2.071.970
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	21.716	33.611
2.03.02.04	Opções Outorgadas	37.807	36.658
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-21.532	-8.488
2.03.02.07	Alienação de participação para acionistas não controladores	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	717.810	717.810
2.03.04.01	Reserva Legal	131.747	131.747
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	388.105	388.105
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	197.958	197.958
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	267.518	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	353.209	115.834
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.009	-14.973
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	269.514	324
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.621	-5.184
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	111.325	135.667
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	111.325	126.378
3.04.06.02	Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	0	9.289
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	353.209	115.834
3.06	Resultado Financeiro	-3.928	-4.694
3.06.01	Receitas Financeiras	4.680	7.827
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.608	-12.521
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	349.281	111.140
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-60.873	15
3.08.01	Corrente	-53.640	26
3.08.02	Diferido	-7.233	-11
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	288.408	111.155
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	288.408	111.155
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,51682	0,19905

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	288.408	111.155
4.03	Resultado Abrangente do Período	288.408	111.155

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	275.178	-9.718
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	199.321	-8.477
6.01.01.01	Lucro Líquido	288.408	111.155
6.01.01.02	Depreciacao e amortizacao	158	279
6.01.01.03	Plano de opções com base em ações	807	644
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-111.325	-135.667
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	6.621	5.056
6.01.01.07	Perda/Baixa do ativo propriedades para investimentos, imobilizado e intangível	123	0
6.01.01.08	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	7.295	10.042
6.01.01.09	Prov para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	1	3
6.01.01.10	Tributos diferidos	7.233	11
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	75.857	-1.241
6.01.02.01	Tributos a recuperar	607	212
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-195	69
6.01.02.03	Depositos Judiciais	-45	-145
6.01.02.05	Outros creditos	-181	-1.300
6.01.02.06	Fornecedores	-3.220	640
6.01.02.07	Obrigacoes sociais e trabalhistas	496	-1.612
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuicoes a recolher	2.923	54
6.01.02.10	Outras contas a pagar	21.848	867
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	53.640	0
6.01.02.12	Partes relacionadas	-16	-26
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.337	63.511
6.02.01	Dividendos recebidos	4.584	63.535
6.02.02	Aquisicao de imobilizado e intangivel	-180	-2
6.02.03	Investimento em Controladas - venda de participação	18.059	-22
6.02.04	Investimento em Controladas - aporte de capital	-34.800	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33.850	-5.631
6.03.01	Pagamento de ações em tesouraria	-13.044	-6.924
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-20.890	0
6.03.03	Comissões sobre notas promissórias	84	1.293
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	228.991	48.162
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	177.016	435.621
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	406.007	483.783

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.895	0	-20.890	0	-32.785
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.149	0	0	0	1.149
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-13.044	0	0	0	-13.044
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.890	0	-20.890
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	288.408	0	288.408
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	288.408	0	288.408
5.07	Saldos Finais	1.320.549	21.716	717.810	267.518	0	2.327.593

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.186	0	0	0	-6.186
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	738	0	0	0	738
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.924	0	0	0	-6.924
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.155	0	111.155
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.155	0	111.155
5.07	Saldos Finais	1.320.549	25.681	755.160	111.155	0	2.212.545

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.742	-8.527
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.742	-8.527
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.742	-8.527
7.04	Retenções	-6.779	-5.335
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-158	-151
7.04.02	Outras	-6.621	-5.184
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-6.621	-5.184
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-13.521	-13.862
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	385.519	143.679
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	111.325	135.852
7.06.02	Receitas Financeiras	4.680	7.827
7.06.03	Outros	269.514	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	371.998	129.817
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	371.998	129.817
7.08.01	Pessoal	13.571	5.687
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.320	5.018
7.08.01.02	Benefícios	404	408
7.08.01.03	F.G.T.S.	847	261
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.873	-15
7.08.02.01	Federais	60.873	-15
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.146	12.990
7.08.03.01	Juros	7.295	10.052
7.08.03.02	Aluguéis	538	469
7.08.03.03	Outras	1.313	2.469
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	288.408	111.155
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	20.890	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	267.518	111.155

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	6.991.969	6.500.768
1.01	Ativo Circulante	1.744.040	1.366.878
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.423.330	1.071.043
1.01.02	Aplicações Financeiras	99.848	70.740
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	99.848	70.740
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	99.848	70.740
1.01.03	Contas a Receber	139.847	151.651
1.01.03.01	Clientes	139.847	151.651
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.518	36.576
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.518	36.576
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.601	6.865
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	32.896	30.003
1.01.08.03	Outros	32.896	30.003
1.01.08.03.02	Outros créditos	32.896	30.003
1.02	Ativo Não Circulante	5.247.929	5.133.890
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	642.288	641.359
1.02.01.06	Tributos Diferidos	530.632	531.563
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	530.632	531.563
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	277	290
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	111.379	109.506
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	90.304	88.399
1.02.01.09.05	Outros créditos	10.304	10.302
1.02.01.09.06	Títulos e Valores Mobiliários	10.771	10.805
1.02.02	Investimentos	229.188	253.159
1.02.02.01	Participações Societárias	229.188	253.159
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	229.188	253.159
1.02.03	Imobilizado	439.595	428.020
1.02.04	Intangível	3.936.858	3.811.352

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	6.991.969	6.500.768
2.01	Passivo Circulante	1.288.582	1.165.859
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47.111	53.451
2.01.01.01	Obrigações Sociais	47.111	53.451
2.01.02	Fornecedores	68.025	79.917
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	68.025	79.917
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.435	33.138
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.435	33.138
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	31.835	30.906
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	1.600	2.232
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	890.181	835.609
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	578.847	571.533
2.01.04.02	Debêntures	311.334	264.076
2.01.05	Outras Obrigações	119.778	91.182
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.820	3.530
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.820	3.530
2.01.05.02	Outros	95.958	87.652
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	20.262	20.454
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	75.696	67.198
2.01.06	Provisões	130.052	72.562
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	77.628	13.111
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	77.628	13.111
2.01.06.02	Outras Provisões	52.424	59.451
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	42.744	49.932
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	9.680	9.519
2.02	Passivo Não Circulante	3.328.751	3.236.880
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.931.760	2.865.014
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	242.507	218.482
2.02.01.02	Debêntures	2.689.253	2.646.532
2.02.02	Outras Obrigações	65.631	69.445
2.02.02.02	Outros	65.631	69.445
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	6.010	6.597
2.02.02.02.06	Obrigações com o poder concedente	40.910	42.597
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	18.711	20.251
2.02.03	Tributos Diferidos	47.052	36.889
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.052	36.889
2.02.04	Provisões	284.308	265.532
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	139.327	135.148
2.02.04.01.05	Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	139.327	135.148
2.02.04.02	Outras Provisões	144.981	130.384
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	142.671	128.116
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	2.310	2.268
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.374.636	2.098.029
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	21.716	33.611
2.03.02.04	Opções Outorgadas	37.807	36.658

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-21.532	-8.488
2.03.02.07	Alienação de participação para acionistas não controladores	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	717.810	717.810
2.03.04.01	Reserva Legal	131.747	131.747
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	388.105	388.105
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	197.958	197.958
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	267.518	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	47.043	26.059

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	662.237	568.332
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-329.470	-245.631
3.03	Resultado Bruto	332.767	322.701
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	175.321	-69.112
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-93.221	-72.081
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	269.469	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-8
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-927	2.977
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	508.088	253.589
3.06	Resultado Financeiro	-101.595	-74.606
3.06.01	Receitas Financeiras	32.462	18.634
3.06.02	Despesas Financeiras	-134.057	-93.240
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	406.493	178.983
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-121.818	-66.857
3.08.01	Corrente	-110.724	-57.171
3.08.02	Diferido	-11.094	-9.686
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	284.675	112.126
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	284.675	112.126
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	288.408	111.155
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3.733	971
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,51682	0,19905

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	284.675	112.126
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	284.675	112.126
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	288.408	111.155
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3.733	971

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	579.820	247.273
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	502.991	264.382
6.01.01.01	Lucro Líquido	284.675	112.126
6.01.01.02	Depreciação e amortização	71.661	46.108
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado, intangível	1.176	17.033
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	121.485	77.963
6.01.01.05	Variação monetária com o Poder Concedente	2.875	1.862
6.01.01.06	Prov para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atual monetária	4.179	1.040
6.01.01.07	Provisão para manutenção e provisão para construção de obras	7.570	741
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-3.725	-1.404
6.01.01.09	Reserva de Capital - Premio de Opções	1.149	738
6.01.01.10	Resultado de Equivalência Patrimonial	927	-2.977
6.01.01.11	Tributos diferidos	11.094	11.222
6.01.01.12	Provisão para Credores de Liquidação Duvidosa	-28	-70
6.01.01.13	Capitalização de juros	-47	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	76.829	-17.109
6.01.02.01	Clientes	11.832	-10.195
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.942	-8.194
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.723	-444
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-1.905	-1.565
6.01.02.05	Outros créditos	-2.895	14.044
6.01.02.06	Fornecedores	-11.892	5.981
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-6.340	-3.822
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	929	922
6.01.02.09	Empresas relacionadas	20.290	3.836
6.01.02.10	Outras contas a pagar e Adiantamento de Clientes	6.958	-12.707
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	64.517	-4.965
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-162.110	-105.877
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-209.871	-110.406
6.02.02	Investimentos em controladas	18.059	0
6.02.05	Pagamento de dividendos minoritários	-499	-798
6.02.06	Dividendos recebidos	4.985	5.327
6.02.07	Efeito de participação de acionistas não controladores	25.216	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.423	-21.987
6.03.01	Credor pela concessão	-4.754	-3.727
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-25.349	-41.157
6.03.03	Captação de arrend mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	34.125	53.458
6.03.04	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-18.342	-11.014
6.03.05	Comissão sobre notas promissórias	84	1.293
6.03.06	Pagamento de ações em tesouraria	-13.044	-6.924
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-20.890	0
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-1.219	-398

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.03.10	Juros Pagos	-16.034	-13.518
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	352.287	119.409
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.071.043	778.981
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.423.330	898.390

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970	26.059	2.098.029
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970	26.059	2.098.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.895	0	-20.890	0	-32.785	24.717	-8.068
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.149	0	0	0	1.149	0	1.149
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-13.044	0	0	0	-13.044	0	-13.044
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-499	-499
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.890	0	-20.890	0	-20.890
5.04.09	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	25.216	25.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	288.408	0	288.408	-3.733	284.675
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	288.408	0	288.408	-3.733	284.675
5.07	Saldos Finais	1.320.549	21.716	717.810	267.518	0	2.327.593	47.043	2.374.636

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576	17.911	2.125.487
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576	17.911	2.125.487
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.186	0	0	0	-6.186	-798	-6.984
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	738	0	0	0	738	0	738
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.924	0	0	0	-6.924	0	-6.924
5.04.09	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-798	-798
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.155	0	111.155	971	112.126
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.155	0	111.155	971	112.126
5.07	Saldos Finais	1.320.549	25.681	755.160	111.155	0	2.212.545	18.084	2.230.629

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	721.851	626.180
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	456.345	409.042
7.01.02	Outras Receitas	145.992	159.063
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	119.514	58.075
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	10.534	-197.746
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-199.988	-149.745
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.947	-47.993
7.02.04	Outros	269.469	-8
7.03	Valor Adicionado Bruto	732.385	428.434
7.04	Retenções	-71.661	-46.108
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.661	-46.108
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	660.724	382.326
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.535	21.611
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-927	2.977
7.06.02	Receitas Financeiras	32.462	18.634
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	692.259	403.937
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	692.259	403.937
7.08.01	Pessoal	86.221	71.151
7.08.01.01	Remuneração Direta	66.319	53.473
7.08.01.02	Benefícios	14.937	12.813
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.965	4.865
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	180.486	121.934
7.08.02.01	Federais	152.398	95.499
7.08.02.02	Estaduais	88	27
7.08.02.03	Municipais	28.000	26.408
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	140.877	98.726
7.08.03.01	Juros	72.675	58.619
7.08.03.02	Aluguéis	6.820	5.486
7.08.03.03	Outras	61.382	34.621
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	284.675	112.126
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	20.890	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	267.518	111.155
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-3.733	971

Comentário do Desempenho

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Bruta Consolidada

A receita bruta atingiu R\$ 721,8 milhões no IT14, crescimento de 15,3%. Desconsiderando a receita de construção e a aplicação do IFRS 10, a receita bruta pró-forma atingiu R\$ 677,6 milhões no IT14, com crescimento de 2,7%. A variação registrada no trimestre foi impulsionada pelo crescimento de tráfego das concessões rodoviárias.

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	IT14	IT13	Var.
Concessões Rodoviárias	470,7	422,1	11,5%
Receita de Construção	119,5	58,1	105,7%
Ecoporto Santos	130,4	145,3	-10,3%
Serviços	42,4	31,5	34,6%
Eliminações	(41,2)	(30,9)	33,3%
RECEITA BRUTA	721,8	626,1	15,3%
Aplicação IFRS10			
STP (Participação EcoRodovias)	13,4	18,9	-29,1%
Elog (80%)	62,9	73,3	-14,2%
Eliminações	(1,0)	(0,6)	66,7%
Receita de Construção	(119,5)	(58,1)	105,7%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA ¹	677,6	659,7	2,7%
STP (Participação EcoRodovias)	(13,4)	(18,9)	-29,1%
ECO101	(0,1)	-	n.m
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL ²	664,1	640,8	3,6%

¹ Exclui Receita de Construção do saldo da Receita Bruta e consolida proporcionalmente Elog e STP (IFRS 10)

² Exclui STP e ECO101

Receita Líquida Consolidada

RECEITA LÍQUIDA (em milhões de R\$)	IT14	IT13	Var.
Concessões Rodoviárias	430,2	385,9	11,5%
Receita de Construção	119,5	58,1	105,7%
Ecoporto Santos	115,9	127,3	-9,0%
Serviços	37,8	28,0	35,0%
Eliminações	(41,2)	(30,9)	33,3%
RECEITA LÍQUIDA	662,2	568,3	16,5%
Aplicação IFRS10			
STP (Participação EcoRodovias)	12,1	17,1	-29,2%
Elog (80%)	52,6	61,3	-14,2%
Eliminações	(1,0)	(0,6)	66,7%
Receita de Construção	(119,5)	(58,1)	105,7%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA ¹	606,4	588,1	3,1%
STP (Participação EcoRodovias)	(12,1)	(17,1)	-29,2%
ECO101	(0,1)	-	n.m
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL ²	594,2	571,0	4,1%

¹ Exclui Receita de Construção do saldo da Receita Bruta e consolida proporcionalmente Elog e STP (IFRS 10)

² Exclui a STP e ECO101

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 422,7 milhões no IT14, crescimento de 33,1%. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e a aplicação do IFRS 10, os custos operacionais e despesas administrativas pró-forma atingiram R\$ 346,9 milhões no IT14, com crescimento de 10,8%. As variações observadas no trimestre, por natureza, foram: (i) pessoal: aumento devido às despesas de desligamento de diretor executivo, remunerações variáveis pagas no período e novas contratações na EcoRodovias Concessões, com redução no Ecoporto Santos e Elog; (ii) serviços terceiros: crescimento devido à contratação de empresas para os trabalhos operacionais na ECO101 e reduções no Ecoporto e Elog devido à melhor gestão dos custos operacionais; (iii) depreciação e amortização: atualização da curva de amortização dos ativos intangíveis no 4T13 devido ao maior volume de tráfego e à maior base de ativos nas concessionárias Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas; (iv) custo de construção:

Comentário do Desempenho

crescimento decorrente de obras em andamento. No IT14, o crescimento dos custos operacionais e despesas administrativas também foi influenciado pelo início das atividades da ECO101.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	IT14	IT13	Var.
Pessoal	86,2	71,2	21,1%
Conservação e Manutenção	19,2	17,4	10,3%
Serviços de Terceiros	65,1	63,8	2,0%
Seguros, Poder Concedente e Locações	25,2	26,5	-4,9%
Depreciação / Amortização	71,7	46,1	55,5%
Provisão para Manutenção	18,4	16,0	15,0%
Custo de Construção de Obras	119,5	58,1	105,7%
Outros	17,4	18,6	-6,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	422,7	317,7	33,1%
Aplicação IFRS 10	62,1	69,5	-10,6%
Custo de Construção de Obras e Provisão para Manutenção	(137,9)	(74,1)	86,1%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS PRÓ-FORMA¹	346,9	313,1	10,8%

¹ Exclui Custo de Construção de Obras, Provisão para Manutenção e consolida proporcionalmente os custos da Elog e STP (IFRS 10)

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR SEGMENTO (em milhões de R\$)	IT14	IT13	Var.
Concessões Rodoviárias	323,6	221,5	46,1%
Ecoporto Santos	89,4	94,8	-5,7%
Serviços	23,9	17,3	38,2%
Holding	27,7	15,0	84,7%
Eliminações	(41,9)	(30,9)	35,6%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR SEGMENTO	422,7	317,7	33,0%
Aplicação - IFRS 10			
STP (Participação EcoRodovias)	6,3	9,1	-30,8%
Elog (80%)	56,8	61,2	-7,2%
Eliminações	(1,0)	(0,8)	25,0%
Custo de Construção de Obras e Provisão para Manutenção	(137,9)	(74,1)	86,1%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS PRÓ-FORMA	346,9	313,1	10,8%
STP (Participação EcoRodovias)	(6,3)	(9,1)	-30,8%
ECO101	(18,1)	(2,8)	n.m
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS PRÓ-FORMA COMPARÁVEL²	322,5	301,2	7,1%

¹ Exclui Custo de Construção de Obras, Provisão para Manutenção e consolida proporcionalmente os custos da Elog e STP (IFRS 10)

² Exclui os custos da STP e ECO101

EBITDA Consolidado e Margem EBITDA Consolidada

EBITDA (em milhões de R\$)	IT14	IT13	Var.
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	284,7	112,1	154,0%
Depreciação e Amortização	71,7	46,1	55,5%
Resultado Financeiro	101,6	74,6	36,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	121,8	66,9	82,1%
Amortização de Investimentos	-	0,1	-100,0%
Equivalência Patrimonial	0,9	(3,0)	-130,0%
EBITDA	580,7	296,8	95,7%
MARGEM EBITDA	87,7%	52,2%	35,5 p.p.

Comentário do Desempenho

EBITDA PRÓ-FORMA (em milhões de R\$)	IT14	IT13	Var.
EBITDA	580,7	296,8	95,7%
Receita de Construção	(119,5)	(58,1)	105,7%
Custo de Construção	119,5	58,1	105,7%
Provisão para Manutenção	18,4	16,0	15,0%
STP (Participação EcoRodovias)	6,8	9,5	-28,2%
Elog (80%)	3,7	7,2	-48,6%
EBITDA PRÓ-FORMA	609,6	329,5	85,0%
MARGEM EBITDA PRÓ-FORMA	100,5%	56,0%	44,5 p.p

EBITDA Pró-forma por Segmento

EBITDA PRÓ-FORMA (em milhões de R\$)	IT14	Margem	IT13	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	299,6	69,6%	276,6	71,7%	8,3%
Concessões Rodoviárias ¹	316,1	73,5%	279,9	72,5%	12,9%
ECO101 ¹	(16,5)	n.m.	(3,3)	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	33,5	28,9%	38,3	30,1%	-12,5%
Serviços	17,6	46,6%	12,5	44,7%	40,8%
Eliminações	(4,1)	n.m.	(3,3)	n.m.	n.m.
Holding	252,5	n.m.	(11,3)	n.m.	n.m.
STP (Participação EcoRodovias)	6,8	56,2%	9,5	55,4%	-28,4%
Elog (80%)	3,7	7,0%	7,2	11,8%	-48,6%
EBITDA PRÓ-FORMA²	609,6	100,5%	329,5	56,0%	85,0%
Venda da STP	(269,2)	n.m.	n.m.	n.m.	n.m.
STP (Participação EcoRodovias)	(6,8)	n.m.	(9,5)	n.m.	-28,4%
ECO101	16,5	n.m.	3,3	n.m.	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA-COMPARÁVEL ³	350,1	58,9%	323,3	56,6%	8,3%

¹ Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados

² Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados e consolida proporcionalmente a Elog e STP (IFRS 10).

³ Exclui a venda da totalidade da participação da STP, resultado da STP e resultado da ECO101

Resultado Financeiro Consolidado

O resultado financeiro líquido pró-forma apresentou aumento de 35,7% no IT14. As variações mais representativas foram: (i) nos juros sobre debêntures devido à emissão na Ecovias dos Imigrantes em maio de 2013 e alta dos juros ocorrida ao longo de 2013; (ii) variação monetária decorrente das correções na segunda emissão das debêntures da Ecovias dos Imigrantes pelos índices de inflação; e (iii) receitas de aplicações financeiras decorrentes de maior disponibilidade de caixa e melhor aplicação dos recursos.

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	IT14	IT13	Var.
Juros sobre Debêntures	(53,8)	(40,8)	31,9%
Juros sobre Financiamentos	(18,9)	(16,5)	14,5%
Variação Monetária - Debêntures e Financiamentos	(45,6)	(19,1)	138,7%
Variação Monetária – Direito de Outorga	(2,9)	(1,9)	52,6%
Receitas de Aplic. Financeiras	28,8	15,1	90,7%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(4,6)	(3,8)	21,1%
Outros Efeitos Financeiros	(4,7)	(7,6)	-38,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(101,6)	(74,6)	36,2%
Aplicação IFRS 10			
STP (Participação EcoRodovias)	0,2	0,2	-
Elog (80%)	(4,2)	(3,4)	23,5%
RESULTADO FINANCEIRO PRÓ-FORMA	(105,6)	(77,8)	35,7%

Comentário do Desempenho

Imposto de Renda e Contribuição Social

O total de imposto de renda e contribuição social registrado no IT14 foi de R\$ 121,8 milhões. O total de imposto de renda e contribuição social, desconsiderando a aplicação do IFRS 10, totalizou R\$ 120,3 milhões no IT14, sendo que a taxa efetiva (IR e CS/Lucro operacional antes dos impostos) passou de 37,4% para 30,0% no IT14. Essa variação foi devido ao resultado da venda da totalidade das ações da STP, que proporcionou a utilização de parte do benefício fiscal ocasionado pelo prejuízo acumulado na Holding.

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 288,4 milhões no IT14, aumento de 159,4%. A margem líquida (lucro líquido sobre receita líquida consolidada) atingiu 43,5%, devido à venda da totalidade das ações da STP. Excluindo os efeitos não recorrentes desta operação e os custos iniciais da ECO101, o lucro líquido atingiu R\$ 89,4 milhões no IT14, uma redução de 17,3%, devido ao aumento com despesa financeira, que foi influenciado pela maior participação de capital de terceiros na estrutura de capital da companhia e pelo aumento da depreciação e amortização em razão da atualização da curva de amortização dos ativos intangíveis no 4T13 e à maior base de ativos nas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas.

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	IT14	IT13	Var.
EBITDA	580,7	296,8	95,7%
Depreciação e Amortização	(71,7)	(46,1)	55,5%
Amortização de Investimentos	-	(0,1)	n.m
Resultado Financeiro	(101,6)	(74,6)	36,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(121,8)	(66,9)	82,1%
Equivalência Patrominial	(0,9)	3,0	-130,0%
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	284,7	112,1	154,0%
Participação de minoritários	3,7	(1,0)	n.m
LUCRO LÍQUIDO	288,4	111,2	159,4%
Venda da STP	(207,3)	n.m	n.m
STP (Participação EcoRodovias)	(3,9)	(5,4)	-27,8%
ECO101	12,2	2,3	n.m
LUCRO LÍQUIDO COMPARÁVEL ¹	89,4	108,1	-17,3%

¹ Exclui a venda da totalidade da participação na STP, resultado da STP e resultado da ECO101

Disponibilidade Financeira e Endividamento

A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 3.821,9 milhões em março de 2014, aumento de 3,3% em relação a dezembro de 2013. Desconsiderando a aplicação do IFRS 10, a dívida bruta pró-forma totalizou R\$ 4.065,6, com crescimento de 2,9%.

Contribuíram para o aumento do saldo da dívida financeira: liberação da primeira parcela do empréstimo ponte, no valor de R\$ 33,8 milhões, do BNDES à ECO101 e atualização no principal das debêntures da Ecovias dos Imigrantes, EcoRodovias Concessões e Ecoporto Santos.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	31/03/2014	31/12/2013	Var.	Taxa	Moeda	Vencimento
Concessões Rodoviárias	2.827,5	2.722,6	3,9%			
Debêntures 2º Emissão - EcoRodovias Conc. e Serv.	863,2	834,6	3,4%	CDI+0,79% a.a /IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	R\$	outubro-2022
Debêntures 1º Emissão - Ecovias dos Imigrantes	106,9	95,9	11,5%	IGP-M + 9,5% / 104,0% CDI	R\$	novembro-2014
Debêntures 2º Emissão - Ecovias dos Imigrantes	941,2	915,8	2,8%	IPCA+ 3,8% / IPCA + 4,28% a.a	R\$	abril-2024
Debêntures 1º Emissão - Ecopistas	439,2	433,2	1,4%	IPCA+8,25% a.a.	R\$	outubro-2022
BNDES- Ecopistas	193,5	197,9	-2,2%	TJLP+2,40% a.a	R\$	junho-2025
Finem BNDES-ECO101	33,8	-	n.m	UMBND + 3,718% / TJLP + 4,16%	R\$	novembro-2015
CCB - Ecovia Caminho do Mar	109,1	106,4	2,5%	108,0% do CDI / 108,4% do CDI	R\$	dezembro-2014
CCB - Ecosul	74,2	50,1	48,1%	CDI + 2,03% a.a.	R\$	outubro-2014
CCB - Ecosul	36,5	57,6	-36,6%	108,0% do CDI / 108,4% do CDI	R\$	dezembro-2014
Finame BNDES - Ecocataratas	28,1	29,7	-5,4%	TJLP + 2,30% a.a.	R\$	julho-2018
Outros	1,8	1,4	28,6%	-	R\$	outubro-2022
Ecoporto Santos	696,3	687,1	1,3%			
Debêntures 1º Emissão - Ecoporto Santos	650,0	631,1	3,0%	CDI + 1,85% a.a	R\$	junho-2019
CCB- Ecoporto Santos	17,6	23,7	-25,7%	CDI + 3,0% a.a	R\$	junho-2015
Finame - Ecoporto Santos e Ecoporto Transportes	9,1	21,6	-57,9%	CDI + 3,18% a.a	R\$	junho-2017
CCB - Ecoporto Santos	10,4	10,7	-2,8%	CDI + 0,15% a.a	R\$	julho-2014
Finimp -Ecoporto Santos	9,2	-	n.m	Libor 6M +4,60% a.a.	\$	setembro-2016
Notas Promissórias 4º Emissão- EcoRodovias	298,1	290,9	2,5%	104,5% do CDI	R\$	maio-2014
DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA	3.821,9	3.700,6	3,3%			
Aplicação IFRS 10						
Debêntures 2º Emissão - Elog	241,4	247,6	-2,5%	CDI+1,60% a.a	R\$	fevereiro-2020
Outros	2,3	2,9	-20,7%	-	R\$	junho-2016
DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA PRÓ-FORMA	4.065,6	3.951,1	2,9%			
DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA	3.821,9	3.700,6	3,3%			
Caixa Disponível	1.533,9	1.152,6	33,1%			
DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA	2.288,0	2.548,0	-10,2%			
DÍVIDA BRUTA PRÓ-FORMA	4.065,6	3.951,1	2,9%			
Caixa Disponível - Pró-forma	1.607,3	1.271,2	26,4%			
DÍVIDA LÍQUIDA PRÓ-FORMA	2.458,3	2.679,9	-8,3%			

DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA (em milhões de R\$)	31/03/2014	31/12/2013	Var.
EBITDA udm	1.479,4	1.195,5	23,7%
Dívida Líquida	2.288,0	2.548,0	-10,2%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA	1,5 x	2,1 x	-0,6 x

DÍVIDA LÍQUIDA PRÓ-FORMA / EBITDA PRÓ-FORMA (em milhões de R\$)	31/03/2014	31/12/2013	Var.
EBITDA Pró-forma udm	1.597,5	1.317,4	21,3%
Dívida Líquida Pró-forma	2.458,3	2.679,9	-8,3%
DÍVIDA LÍQUIDA PRO FORMA / EBITDA PRÓ-FORMA	1,5 x	2,0 x	-0,5 x

Capex Consolidado por Segmento

Os principais investimentos realizados no trimestre nas concessões rodoviárias foram os investimentos iniciais em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares e equipamentos de pedágios na ECO101, obras relacionadas ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes e obras nas marginais da Rodovia Ayrton Senna. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

No Ecoporto Santos, o valor de R\$ 6,4 milhões no IT14, corresponde a obras em andamento e aquisição de máquinas e equipamentos.

No setor de logística (Elog), o valor de R\$ 13,0 milhões refere-se à modernização de máquinas e equipamentos, adequação de infraestrutura nas unidades da Elog.

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhões de R\$)	IT14			IT13			Var TOTAL
	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	
Concessões Rodoviárias	198,2	15,4	213,6	100,1	18,1	118,2	80,7%
Ecovias dos Imigrantes	74,3	5,1	79,4	45,8	8,7	54,5	45,7%
Ecopistas	24,2	-	24,2	24,5	-	24,5	-1,2%
Ecovia Caminho do Mar	7,9	0,4	8,3	16,9	2,1	19,0	-56,3%
Ecocataratas	0,3	9,9	10,2	8,4	7,0	15,4	-33,8%
Ecosul - Rodovias do Sul (100%)	8,2	-	8,2	3,8	0,4	4,2	95,2%
ECO101 (100%)	83,3	-	83,3	0,7	-	0,7	n.m
Ecoporto Santos	6,4	-	6,4	8,5	-	8,5	-24,7%
Serviços	5,1	-	5,1	1,8	-	1,8	183,3%
Holding	0,2	-	0,2	0,0	-	0,0	n.m
CAPEX	209,9	15,4	225,3	110,4	18,1	128,5	75,3%
Aplicação IFRS 10	-	-	-	1,6	-	1,6	n.m
STP (Participação EcoRodovias)	-	-	-	20,5	-	20,5	-36,3%
Elog (80%)	13,0	-	13,0	-	-	-	-
CAPEX PRÓ-FORMA	222,9	15,4	238,3	132,5	18,1	150,6	58,2%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 543,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, sob a sigla “ECOR3”.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

A EcoRodovias e suas controladas são também designadas como “Grupo EcoRodovias” ao longo deste relatório.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., para o trimestre findo em 31 de março de 2014 foram elaboradas sob responsabilidade da Administração, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 05 de maio de 2014.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Individual - BR GAAP”, e

As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas no dia 19 de março de 2014 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os Pronunciamentos e Interpretações Contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.20 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para os Pronunciamento e Interpretações Contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.20 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

4. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é detentora dos

Notas Explicativas

principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Controladas diretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (i)	100,00%	100,00%
EIL01 Participações S.A. (ii)	100,00%	100,00%
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (iii)	58,00%	58,00%
EIL02 S.A. (iv)	100,00%	100,00%
EIL03 S.A. (v)	100,00%	100,00%
EIL04 S.A. (vi)	100,00%	100,00%
Ecoporto Santos S.A. (vii)	100,00%	100,00%
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. (viii)	100,00%	100,00%
Ecoporto Transporte Ltda. (ix)	100,00%	100,00%
Controladas em conjunto:		
Elog S.A. (x)	80,00%	80,00%
Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP (xi)	-	11,41%
Controladas indiretas:		
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (xii)	100,00%	100,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (xiii)	100,00%	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (xiv)	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (xv)	100,00%	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (xvi)	90,00%	90,00%
Via Elog S.A.:		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (xvii)	100,00%	100,00%
ELG-01 Participações Ltda. (xviii)	100,00%	100,00%
Elog Logística Sul Ltda. (xix)	100,00%	100,00%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda. (xx)	100,00%	100,00%
Paquetá Participações Ltda. (xxi)	100,00%	100,00%

- a) As atividades e as principais informações econômicas das controladas diretas, indiretas e em conjunto são conforme segue:

Controladas diretas

- (i) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., tem por objeto social participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para outras empresas do Grupo EcoRodovias. A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. controla as empresas do segmento de concessionárias de rodovias de Grupo EcoRodovias, são elas: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas e Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul. A seguir a Companhia apresenta o quadro consolidado da EcoRodovias Concessões e Serviços e suas controladas.

Notas Explicativas

	31/03/2014								
	Companhia	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
Ativo									
Circulante	467.761	95.318	38.041	441.320	22.307	29.526	1.094.271	(48.886)	1.045.385
Não circulante	1.327.916	1.003.875	455.515	1.285.305	167.527	165.293	4.405.433	-1.214.664	3.190.769
Total	1.795.677	1.099.193	493.556	1.726.625	189.834	194.819	5.499.704	-1.263.550	4.236.154
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	40.418	95.224	52.297	257.556	128.446	140.286	714.227	(48.886)	665.341
Não circulante	840.059	713.396	101.727	1.057.991	19.173	8.355	2.740.701	(89.309)	2.651.392
Participações minoritários	-	-	-	-	-	-	-	4.221	4.221
Patrimônio líquido	915.200	290.573	339.532	411.078	42.215	46.178	2.044.776	(1.129.576)	915.200
Total	1.795.677	1.099.193	493.556	1.726.625	189.834	194.819	5.499.704	(1.263.550)	4.236.154
Demonstração do resultado									
Receita líquida	37.811	79.976	64.593	262.290	47.679	63.948	556.297	(37.648)	518.649
Lucro bruto	15.248	29.991	32.353	146.955	28.141	39.049	291.737	(14.109)	277.628
Lucro operacional	110.804	1.727	22.126	97.529	21.370	31.589	285.145	(115.195)	169.650
Lucro do exercício	108.793	1.075	14.689	65.866	14.085	20.891	225.399	(116.606)	108.793

- (ii) A EIL01 Participações S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações acerca deste investimento que refletem na consolidação da Companhia:

Contas	EIL01
	31/03/2014
Ativo Circulante	253
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	253
Passivo Circulante	-
Patrimônio Líquido	253
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	253
Receitas (despesas)	-
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	-
Resultado Financeiro	-
Lucro Operacional antes dos impostos	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-
Lucro Líquido do Exercício	-
Atribuível a:	-
Companhia	-
Outros acionistas	-

- (iii) A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 01 de novembro de 2013, após cumprimento das condições precedentes, foi concluída, por meio da celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e efetiva transferência de ações a operação de venda de 27,5% das ações representativas do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., que explora a rodovia BR 101 ES/BA. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 58% do capital social da ECO101.

A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas	ECO101
	31/03/2014
Ativo Circulante	22.266
Ativo não Circulante	144.453
Total do Ativo	166.719

Notas Explicativas

Contas	ECO101
	<u>31/03/2014</u>
Passivo Circulante	30.946
Patrimônio Líquido	<u>135.773</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>166.719</u>
Receita Líquida	31.342
Custo dos serviços prestados	<u>(42.863)</u>
Prejuízo bruto	<u>(11.521)</u>
Receitas (despesas) operacionais	(7.087)
Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	<u>(18.608)</u>
Resultado Financeiro	195
Prejuízo Operacional antes dos impostos	<u>(18.413)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.172
Prejuízo do exercício	<u>(12.241)</u>
Atribuível a:	
Companhia	<u>(7.100)</u>
Outros acionistas	<u>(5.141)</u>

- (iv) A EIL02 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas	EIL02
	<u>31/03/2014</u>
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	<u>-</u>
Total do Ativo	<u>1</u>
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	<u>1</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1</u>

- (v) A EIL03 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas	EIL03
	<u>31/03/2014</u>
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	<u>-</u>
Total do Ativo	<u>1</u>
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	<u>1</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1</u>

- (vi) A EIL04 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Notas Explicativas

<u>Contas</u>	<u>EIL04</u>
	<u>31/03/2014</u>
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	<u>1</u>
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1</u>

- (vii) A Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.) é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.
- (viii) A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda, é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e à armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
- (ix) A Ecoporto Transporte Ltda. (anteriormente denominada Termlog Transporte e Logística Ltda.) atua na movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos e Termares, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

As empresas Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), Termares e Ecoporto Transporte, formam o "Ecoporto Santos" (anteriormente denominado Complexo Tecondi). Desta forma a Companhia apresenta abaixo, de forma consolidada os efeitos nas informações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

Contas	31/03/2014					
	Ecoporto Santos	Termares	Termlog	Combinado	Eliminações	Consolidado
Ativo Circulante	216.721	35.518	10.555	262.794	-	262.794
Ativo não circulante	683.114	57.715	9.084	749.913	(37.906)	712.007
Total do Ativo	899.835	93.233	19.639	1.012.707	(37.906)	974.801
Passivo Circulante	226.906	11.823	5.275	244.004	(37.906)	206.098
Passivo não Circulante	634.594	8.151	6.145	648.890	-	648.890
Patrimônio líquido	38.335	73.259	8.219	119.813	-	119.813
Total do passivo e PL	899.835	93.233	19.639	1.012.707	(37.906)	974.801
Receita líquida	88.311	27.533	4.362	120.206	(4.360)	115.846
Lucro Bruto	48.589	17.852	(26)	66.415	-	66.415
Lucro Operacional	7.242	6.762	(184)	13.820	-	13.820
Lucro líquido do exercício	4.058	4.120	(359)	7.819	-	7.819

Controladas em conjunto

- (x) A Elog S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes. Além disso é a holding do segmento de logística da Companhia. Em atendimento ao CPC36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Elog S.A., deixou de ser consolidada proporcionalmente (80%) pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, a partir de 01 de janeiro de 2012. A seguir, a Companhia apresenta integralmente as operações da Elog S.A. incluindo suas controladas:

Notas Explicativas

	Elog Sul	Elog S.A.	ELG-01	Ecopátio Cubatão	Paquetá Particip.	Anish Emp.	Combinado	Eliminações	Total de operações Logísticas
Ativo Circulante	19.531	130.197	2	13.637	-	9	163.376	(12.740)	150.636
Ativo não Circulante	45.772	540.535	51.249	136.712	11.000	51.004	836.272	(293.132)	543.140
Total do Ativo	65.303	670.732	51.251	150.349	11.000	51.013	999.648	(305.872)	693.776
Passivo Circulante	25.458	101.596	1	3.948	-	386	131.389	(12.741)	118.648
Passivo Não Circulante	5.705	282.651	-	287	-	-	288.643	-	288.643
Patrimônio Líquido	34.140	286.485	51.250	146.114	11.000	50.627	579.616	(293.131)	286.485
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	65.303	670.732	51.251	150.349	11.000	51.013	999.648	(305.872)	693.776
Receita Líquida	19.222	38.301	-	8.426	-	-	65.949	(188)	65.761
Lucro bruto	5.174	5.186	-	490	-	-	10.850	(3.350)	7.500
Lucro/Prejuízo Operacional	2.787	(11.301)	(396)	(270)	(12)	(362)	(9.554)	(1.006)	(10.560)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	1.938	(6.023)	(396)	(162)	(12)	(362)	(5.017)	(1.006)	(6.023)
Atribuível a:									
Companhia									
Outros acionistas									

Notas Explicativas

- (xi) A Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP tem por atividade operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil. A STP está presente em 52 concessionárias de rodovias no País, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 04 de fevereiro de 2014, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.b., a participação detida na STP foi integralmente vendida. A seguir, a Companhia apresenta as principais informações deste investimento na visão de 100% de suas operações registradas até fevereiro de 2014.

Contas	STP
	28.02.2014
Ativo Circulante	887.257
Ativo não Circulante	159.360
Total do Ativo	1.046.617
Passivo Circulante	885.766
Passivo Não Circulante	2.577
Patrimônio Líquido	158.274
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.046.617
Receita Líquida	106.319
Custo dos serviços prestados	(30.990)
Lucro bruto	75.329
Receitas (despesas) operacionais	(24.952)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	50.377
Resultado Financeiro	2.121
Lucro Operacional antes dos impostos	52.498
Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.396)
Lucro Líquido do Exercício	34.102
Atribuível a:	
Companhia	3.891
Outros Acionistas	30.211

Controladas indiretas

- (xii) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- (xiii) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna - Carvalho Pinto.
- (xiv) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- (xv) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 003 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
- (xvi) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado

Notas Explicativas

Polo de Pelotas.

- (xvii) A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 4 de abril de 2006, com a atividade de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m² que permitiu a criação de vagas para caminhões, cargas e contêineres. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em dezembro de 2029. A Ecopátio Cubatão atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A sede da companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, km 263.
- (xviii) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- (xix) A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- (xx) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objeto empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, "holding", acionista ou cotista.
- (xxi) A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

b) Venda de participação

I. Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP

Em 04 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou contrato de venda da totalidade de sua participação no capital da STP (11,41%), para a Feelane I, LLC e Freelane II, LLC, controladas por Capital Internacional Private Equity Fund VI. L.P. e sua afiliada CGPEVI, L.P., pelo valor total de R\$292.127 (R\$291.016 líquido, descontado 0,38% de IOF). As condições precedentes foram cumpridas em 20 de março de 2014 com a efetiva transferência das ações decorrentes desta operação.

Os efeitos da venda dessa participação estão demonstrados a seguir:

ATIVO	<u>20.03.2014</u>
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	210.868
Clientes	673.085
Tributos a recuperar	1.323
Despesas antecipadas	710
Outros créditos	1.271
Total do ativo circulante	<u>887.257</u>
NÃO CIRCULANTE	
Depósitos judiciais	631
Tributos diferidos	6.161
Imobilizado e intangível	152.568
Total do ativo não circulante	<u>159.360</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>1.046.617</u></u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	783.111

Notas Explicativas

Impostos e contribuições a recolher	5.451
Dividendos a pagar	59.649
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.261
Outras contas a pagar	25.294
Total do passivo circulante	<u>885.766</u>
NÃO CIRCULANTE	
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	2.471
Outras contas a pagar	106
Total do passivo não circulante	<u>2.577</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>158.274</u>
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.046.617</u>
Participação – 11,41%	18.059
VALOR TOTAL DA VENDA	292.126
GANHO NA VENDA DO INVESTIMENTO	<u>274.067</u>

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na rubrica “Outras receitas líquidas” da demonstração do resultado.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, que prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora no caso de perdas sofridas, na proporção de sua participação (11,41%), de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos ou contingências de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, cível, concorrencial, regulatória, de defesa do consumidor ou de qualquer natureza, independentemente de verificação de culpa ou dolo. O contrato prevê as seguintes limitações:

i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$50 por perda individual e limite máximo de 20% (vinte por cento) do Preço de Aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras o valor é limitado a 100% (cem por cento) do Preço de Aquisição; ii) A indenização não é aplicável a perdas decorrentes de fatos, atos, eventos e/ou omissões que tenham sido revelados no Contrato e em seus anexos; iii) O limite temporal de 3 (três) anos é aplicável apenas em algumas hipóteses. Em outras o limite é o prazo prescricional aplicável à natureza da respectiva perda.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	104	101	17.153	19.099
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	405.692	176.787	1.356.928	1.010.792
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	211	128	49.249	41.152
	<u>406.007</u>	<u>177.016</u>	<u>1.423.330</u>	<u>1.071.043</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de março de 2014, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 69,04% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 22,98% em Operações Compromissadas, 4,69% em Letra Financeira - LF e 3,30% em títulos públicos federais.

Notas Explicativas

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa média ponderada de 91,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses, possuindo liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de março de 2014, o valor aplicado nessa modalidade no consolidado é de R\$19.422 (R\$6.492 em 31 de dezembro de 2013).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CDBs (a)	46.103	18.249
Fundo de Investimento (a)	53.745	52.491
Poupança (b)	10.771	10.805
	110.619	81.545
	99.848	70.740
Circulante	10.771	10.805
Não circulante		

- a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados a taxa de 96,5% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 19). A formação dessas reservas é supervisionada pelo Agente fiduciário.
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

7. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Nacional (a)	136.177	145.034
Internacional (b)	8.928	11.903
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (c)	(5.258)	(5.286)
	139.847	151.651

- (a) Representados substancialmente por clientes de portos, locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.
- (b) Representados substancialmente por clientes do segmento portuário.
- (c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente das operações dos portos.

Notas Explicativas

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/03/2014	31/12/2013
A vencer	136.856	148.029
Vencidos:		
Até 30 dias	2.147	2.832
De 31 a 90 dias	844	790
Acima de 90 dias	5.258	5.286
	145.105	156.937

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2014	31/03/2013
Saldo inicial	5.286	2.239
Valores recuperados no exercício	(282)	(584)
Constituição de PCLD no exercício	254	514
Saldo final	5.258	2.169

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar	14.181	14.809	36.515	33.371
Lei Rouanet nº 8.313/91	-	-	328	42
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar	-	-	409	223
Cofins a recuperar sobre insumos	-	-	4	685
ISS a recuperar	-	-	1.125	943
Outros	59	38	1.137	1.312
	14.240	14.847	39.518	36.576

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA

	31/12/2013	Propostos	Recebidos	31/03/2014
Elog S.A.	12.337	-	-	12.337
Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	1.500	(1.500)	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	2.035	4.985	(3.084)	3.936
	14.372	6.485	(4.584)	16.273

10. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$8.878, classificado no ativo circulante e não circulante (R\$7.155 em 31 de dezembro de 2013) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 34.

Notas Explicativas

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Saldo inicial	88.399	79.472
Adições	604	782
Baixas/estornos	(614)	(1.270)
Atualização monetária	1.915	2.053
Saldo final	<u>90.304</u>	<u>81.037</u>

Notas Explicativas

12. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	Valores das investidas 31/03/2014		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013
Elog S.A.	286.485	(6.023)	80	80	229.188	234.006	(4.818)	(2.445)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	915.200	111.451	100	100	915.200	803.480	111.450	114.034
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP (a)	-	34.107	-	11,41	-	19.153	3.891	5.422
EIL 02 S.A.	1	-	100	100	1	1	-	-
EIL 03 S.A.	1	-	100	100	1	1	-	-
EIL 04 S.A.	1	-	100	100	1	1	-	-
EIL-01 Participações Ltda.	254	-	100	100	254	254	-	-
Ecoporto Santos S.A.	38.335	4.058	100	100	38.335	34.225	4.058	8.610
Termarés - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	73.259	4.120	100	100	73.259	70.639	4.120	4.966
Ecoporto Transporte Ltda.	8.219	(359)	100	100	8.219	8.578	(359)	6.825
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	101.955	(12.241)	58	58	59.134	31.414	(7.100)	(1.827)
Lucros não realizados	-	-	-	-	(7.138)	(7.221)	83	82
					1.316.454	1.194.531	111.325	135.667

(a) Vide nota explicativa nº 4.b

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Reclassificação Outros créditos	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2013
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	776.115	(41.089)	-	94	114.034	849.154
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	20.574	(5.326)	-	-	5.422	20.670
EIL-01 Participações Ltda.	1	-	(10)	-	-	1
Elog S.A.	254.941	-	-	-	(2.445)	252.486
Ecoporto Santos S.A.	12.593	-	-	-	8.610	21.203
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	79.279	(14.318)	-	-	4.966	69.927
Ecoporto Transporte Ltda.	24.889	(9.002)	-	-	6.825	22.712
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58.825	-	-	-	(1.827)	56.998
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.021)	-	-	-	82	(6.939)
	1.220.196	(69.735)	(10)	94	135.667	1.286.212

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de Capital	Venda de participação	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2014
		(a)					
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	803.480	-	-	-	270	111.450	915.200
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (b)	19.153	(4.985)	-	(18.059)	-	3.891	-
EIL-01 Participações Ltda.	254	-	-	-	-	-	254
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL04 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
Elog S.A.	234.006	-	-	-	-	(4.818)	229.188
Ecoporto Santos S.A.	34.225	-	-	-	52	4.058	38.335
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.639	(1.500)	-	-	-	4.120	73.259
Termlog Transporte e Logística Ltda.	8.578	-	-	-	-	(359)	8.219
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	31.414	-	34.800	-	20	(7.100)	59.134
Lucros não realizados	(7.221)	-	-	-	-	83	(7.138)
	1.194.531	(6.485)	34.800	(18.059)	342	111.325	1.316.454

(a) Vide nota explicativa nº 9.

(b) Vide nota explicativa nº 4.b.

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas

Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2012	Adição	Baixas	Amortização	31/03/2013
Ágio - Ecosul	6.809	-	-	(128)	6.681
Ágio- Elog	231.326	-	-	32	231.358
Ágio - Ecoportos	758.017	-	-	(5.056)	752.961
	<u>996.152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.152)</u>	<u>991.000</u>

	31/12/2013	Adição	Baixas	Amortização	31/03/2014
Ágio - Ecosul	6.295	-	-	(128)	6.167
Ágio - Elog	231.455	-	-	32	231.487
Ágio - Ecoportos	731.918	-	-	(6.525)	725.393
	<u>969.668</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.621)</u>	<u>963.047</u>

b) Consolidado

	Valores das investidas 31/03/2014		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP (a)	-	34.107	-	11,41	-	19.153	3.891	5.422
Elog S.A.	286.485	(6.023)	80	80	<u>229.188</u>	234.006	<u>(4.818)</u>	(2.445)
					<u>229.188</u>	<u>253.159</u>	<u>(927)</u>	<u>2.977</u>

a) Vide nota explicativa nº 4.b

Notas Explicativas

13. IMOBILIZADO

a) Controladora

Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual	
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/03/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições		Saldos em 31/03/2013
11,1	938	-	-	938	(659)	(26)	(685)	279
9,7	248	-	-	248	(162)	(6)	(168)	86
10,3	468	-	-	468	(264)	(12)	(276)	204
3,9	1.956	-	-	1.956	(455)	(19)	(474)	1.501
10,0	3.089	-	-	3.089	(577)	(77)	(654)	2.512
	6.699	-	-	6.699	(2.117)	(140)	(2.257)	4.582
Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual	
Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/03/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 31/03/2014		Saldos em 31/12/2013
10,8	1.107	6	-	1.113	(768)	(30)	(798)	339
9,7	248	-	-	248	(188)	(6)	(194)	60
10,3	468	-	-	468	(312)	(12)	(324)	156
3,9	1.956	-	-	1.956	(531)	(19)	(550)	1.425
-	32	-	-	32	-	-	-	32
10,0	3.212	-	(123)	3.089	(885)	(77)	(962)	2.327
	7.023	6	(123)	6.906	(2.684)	(144)	(2.828)	4.078

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação - %	Custo					Depreciação			Residual	
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/03/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/03/2013	31/03/2013	31/12/2012
Hardware e equipamentos de pedágio	11,2	165.173	1.818	(26)	47	167.012	(116.108)	(4.640)	(120.748)	46.264	49.065
Máquinas e equipamentos	13,9	144.635	5.019	-	47	149.701	(53.162)	(5.099)	(58.261)	91.440	91.473
Móveis e utensílios	7,0	19.047	371	-	(47)	19.371	(6.982)	(338)	(7.320)	12.051	12.065
Terrenos	-	5.255	9	-	-	5.264	-	-	-	5.264	5.255
Edificações	4,7	35.051	75	-	-	35.126	(14.943)	(408)	(15.351)	19.775	20.108
Imobilizado em Andamento	-	21.657	3.268	(122)	(4.177)	20.626	-	-	-	20.626	21.657
Benefitorias	3,9	182.932	313	-	4.177	187.422	(41.247)	4.187	(-37.060)	150.362	141.685
Outros	6,0	75.580	1.578	(16.619)	-	60.539	(11.877)	104	(11.773)	48.766	63.703
		649.330	12.451	(16.767)	47	645.061	(244.319)	(6.194)	(250.513)	394.548	405.011

Notas Explicativas

	Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/03/2014	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Hardware e equipamentos de pedágio	11,6	198.447	9.467	(154)	-	207.760	(135.760)	(5.883)	143	(141.500)	66.260	62.687
Máquinas e equipamentos	12,6	155.702	1.757	(33)	-	157.426	(78.592)	(4.937)	5	(83.524)	73.902	77.110
Móveis e utensílios	8,9	20.824	1.550	(29)	-	22.345	(8.407)	(480)	23	(8.864)	13.481	12.417
Terrenos	-	5.433	192	-	-	5.625	-	-	-	-	5.625	5.433
Edificações	4,6	35.539	-	-	-	35.539	(16.576)	(411)	-	(16.987)	18.552	18.963
Imobilizado em Andamento	-	17.934	5.715	-	-	23.649	-	-	-	-	23.649	17.934
Benefetorias	5,0	192.355	52	-	-	192.407	(41.034)	(2.412)	-	(43.446)	148.961	151.321
Outros	7,9	94.964	16.744	(819)	(6.954)	103.935	(12.809)	(1.896)	(65)	(14.770)	89.165	82.155
		721.198	35.477	(1.035)	(6.954)	748.686	(293.178)	(16.019)	106	(309.091)	439.595	428.020

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 17). Para as debêntures (vide nota explicativa nº 19) não existem garantias dessa natureza.

No período findo em 31 de março de 2014, foram capitalizados R\$47 referentes a encargos financeiros (R\$512 em 31 de março de 2013).

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas

14. INTANGÍVEL

a) Controladora

Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 31/03/2013	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 31/03/2013	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 31/03/2013
14,6	300	2	302	(227)	(11)	(238)	64	64	73
	300	2	302	(227)	(11)	(238)	64	64	73
Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
Saldo em 31/12/2013	Adições	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013	Adições	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013	Adições	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013
12,5	361	174	535	(267)	(14)	(281)	254	254	94
	361	174	535	(267)	(14)	(281)	254	254	94

Softwares de terceiros

b) Consolidado

Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldo em 31/12/2012	Adições (i)	Baixas	Transfer.	Saldo em 31/03/2013	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 31/03/2013	Saldo em 31/12/2012
(ii)	4.266.044	65.664	(266)	(47)	4.331.396	(1.147.115)	(38.045)	(1.185.160)	3.146.236
	8.561	-	-	-	8.561	(1.756)	(128)	(1.884)	6.677
14,7	47.224	1.798	-	-	49.022	(28.377)	(1.763)	(30.140)	18.882
	38.115	30.493	-	-	68.608	-	-	-	68.608
	236.133	-	-	-	236.133	(4.808)	32	(4.776)	231.357
	230	-	(1)	-	229	(6)	(10)	(16)	213
	4.596.307	97.955	(266)	(47)	4.693.949	(1.182.062)	(39.914)	(1.221.976)	3.471.973
									3.414.245

Contratos de concessão

Ágio Ecosul

Softwares de terceiros

Intangível em andamento

Ágio Elog

Outros

Taxas médias de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldo em 31/12/2013	Adições (i)	Baixas	Transferência	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013	Adições	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013
(ii)	4.840.269	156.558	(247)	8.476	5.005.056	(1.326.827)	(53.331)	(1.380.158)	3.624.898
	8.561	-	-	-	8.561	(2.266)	(128)	(2.394)	6.167
13,9	62.115	2.980	-	-	65.095	(36.025)	(2.215)	(38.240)	26.855
	33.875	14.458	-	(1.522)	46.811	-	-	-	46.811
	236.133	-	-	-	236.133	(4.680)	32	(4.648)	231.485
	233	445	-	-	678	(36)	(36)	-	642
	5.181.186	174.441	(247)	6.954	5.362.334	(1.369.834)	(55.642)	(1.425.476)	3.936.858
									3.811.352

Contratos de concessão (ii)

Ágio Ecosul

Softwares de terceiros

Intangível em andamento

Ágio Elog

Outros

Notas Explicativas

- (i) Os principais valores de aquisição de que trata esta linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de março de 2014 foram em média 4,33% a.a. (3,54% a.a. em 31 de março de 2013).

Notas Explicativas

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balança Patrimonial Consolidado		Resultado Consolidado
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014
Realização do ágio na incorporação	404.323	418.024	(13.701)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.	34.649	33.613	1.036
Prejuízo - base fiscal negativa	47.767	42.961	4.806
Regime Tributário de Transição – RTT (*)	(7.044)	(4.613)	(2.431)
Variacão cambial ativa/passiva	2.378	3.149	(771)
Provisão para devedores duvidosos	1.527	1.560	(33)
Provisão para férias e encargos diretores	198	187	11
Mais valia Investimento controladora	(218)	(207)	(11)
Imposto de renda e contribuição social diferido – Ativo/(Passivo)	483.580	494.674	
Receita (Despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido			(11.094)
Ativo fiscal diferido	530.632	531.563	
Passivo fiscal diferido	(47.052)	(36.889)	
Imposto de renda e contribuição social diferido – Ativo/(Passivo)	483.580	494.674	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	494.674		
Receita/(Despesa) de imposto reconhecido no resultado	(11.094)		
Saldo em 31 de março de 2014	483.580		

(*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, ajuste a valor presente – AVP do Ônus da concessão e depreciação societária.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
2014	10.989	36.895
2015	45.853	43.392
2016	66.165	63.281
2017	65.143	62.334
2018	91.429	86.003
2019 a 2023	221.459	218.834
Após 2023	(17.458)	(16.065)
	483.580	494.674

- b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social
Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	349.281	111.140	406.495	178.983
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(118.756)	(37.788)	(138.208)	(60.854)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	37.851	42.969	(315)	1.012
Juros sobre capital próprio	7.103	-	7.103	-
Despesas indedutíveis	(47)	-	(159)	(99)
Compensação de prejuízos fiscais	15.769	-	15.769	-
Lucro presumido	-	-	(238)	1.539
Amortização de ágio	(11)	(11)	(1.892)	264
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	246	106
Créditos tributários não constituídos – controladora (*)	-	(5.423)	-	(5.423)
Créditos tributários não constituídos – controladas (**)	-	-	(336)	(3.856)
Outros	(2.782)	268	(3.788)	454
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(60.873)	15	(121.818)	(66.857)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(53.640)	26	(110.724)	(57.171)
Impostos diferidos	(7.233)	(11)	(11.094)	(9.686)
	(60.873)	15	(121.818)	(66.857)
Taxa efetiva (***)	-	-	30%	37%

(*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresenta expectativa de realização nos próximos 5 anos.

(**) Trata-se de prejuízo fiscal das controladas Termares (2014) e Eco101 (2013) para o qual não se apresenta expectativa de realização nos próximos 5 anos.

(***) Conforme CPC 21, a Companhia reconheceu no trimestre a melhor estimativa da alíquota efetiva esperada para o encerramento do exercício social.

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	Controladora		Consolidado	
	1º Tri 2014	1º Tri 2013	1º Tri 2014	1º Tri 2013
Saldo inicial provisão IR/CS – 31/12	-	-	13.111	27.765
Despesa IR/CS DRE	53.640	26	110.724	57.171
Total de IR/CS pagos no trimestre	-	26	(46.207)	(62.136)
Saldo final provisão IR/CS – 31/03	53.640	-	77.628	22.800

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas informações trimestrais intermediárias do período findo em 31 de março de 2014, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Notas Explicativas

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	9.575	10.230
Cofins	-	-	7.948	7.822
PIS	-	-	2.476	2.624
ISS na fonte	3	2	3.407	3.813
IRRF s/ Juros Capital Próprio	2.859	-	2.859	-
PIS/COFINS/CSLL s/prest. Serviços	-	-	1.802	1.930
INSS na fonte	-	-	1.334	2.463
Outros impostos	365	302	2.434	2.024
	3.227	304	31.835	30.906

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
				31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Em moeda nacional:							
Capital de giro (c)	Ecovia	10/2014	108,4% do CDI	-	-	45.948	44.782
Capital de giro (c)	Ecovia	12/2014	108,4% do CDI	-	-	26.859	26.167
Capital de giro (c)	Ecovia	11/2014	108,0% do CDI	-	-	36.321	35.403
Capital de giro (c)	Ecosul	10/2014	CDI + 2,032%a.a.	-	-	13.862	13.469
Capital de giro (g)	Ecosul	11/2014	108% do CDI	-	-	36.460	36.640
Capital de giro (g)	Ecosul	12/2014	108,4% do CDI	-	-	22.718	22.142
Capital de giro (g)	Ecosul	10/2014	108,4% do CDI	-	-	37.593	35.538
Finame (d)	Ecocataratas	05/2017	TJLP + 5%	-	-	519	500
Finame (d)	Ecocataratas	04/2017	TJLP + 3,4%	-	-	563	563
Finame (i)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	-	-	376	387
Finame (j)	Ecocataratas	07/2018	3% a.a.	-	-	234	-
Finem (j)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,3% a.a.	-	-	28.090	29.720
Finem (b)	Ecopistas	07/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	-	-	193.522	197.897
Finame (h)	Ecoporto Transportes	08/2016	TJLP + 6% a.a.	-	-	2.425	2.676
Finame (h)	Ecoporto Transportes	09/2016	TJLP + 6% a.a.	-	-	1.041	1.145
Finame (h)	Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	-	-	3.214	3.462
Finame (h)	Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	-	-	104	112
Finame (h)	Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	-	-	1.166	1.256
Finame (h)	Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	-	-	1.177	1.2668
UBB (f)	Ecoporto Santos	07/2014	CDI + 0,15% a.a.	-	-	7.193	10.780
CCB (f)	Ecoporto Santos	06/2015	CDI + 3% a.a.	-	-	17.638	20.670
Capital de Giro (h)	Ecoporto Santos	03/2014	1,9%a.a+100%CDI	-	-	-	198
Notas promissórias (a)	Infraestrutura	05/2014	108% do CDI	298.141	290.762	298.142	290.763
Finem – BNDES (e)	ECO101	11/2015	UMBND+3,7%	-	-	8.322	-
Finem – BNDES (e)	ECO101	10/2015	TJLP + 4,16% a.a.	-	-	25.517	-
SWAP (f)	Ecoporto Santos	07/2014	VC+CDI+0,15%	-	-	3.158	5.077
Finimp (h)	Ecoporto Santos	09/2016	Libor 6M+4,6%a.a	-	-	994	1.016
Finimp (h)	Ecoporto Santos	04/2016	Libor 6M+4,6%a.a	-	-	848	867
Finimp (h)	Ecoporto Santos	04/2016	Libor 6M+4,6%a.a	-	-	7.114	7.275
Finimp (h)	Ecoporto Santos	05/2017	Libor 6M+0,3%a.a	-	-	236	241
				298.141	290.762	821.354	790.015
Circulante				298.141	290.762	578.847	571.533
Não circulante				-	-	242.507	218.482

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2014	31/12/2013
2015	62.133	38.177
2016	35.700	35.715
2017	31.679	31.626
2018	27.967	27.936
2019	24.397	24.397
Posteriores a 2019	60.631	60.631
	242.507	218.482

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Saldo inicial	290.762	574.108	790.015	964.345
Adições	-	-	34.125	53.458
Encargos financeiros	7.379	11.335	18.885	17.887
Pagamento principal	-	-	(15.289)	(10.835)
Pagamento de juros	-	-	(6.382)	(3.078)
Saldo final	298.141	585.443	821.354	1.021.777

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	BTG Pactual/Banco Itaú Bradesco/HSBC Corretor.	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2014, sendo (i) 26,4%, (ii) 2,43 e (iii) 3,57.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecovia/Ecosul	Santander/HSBC	Não exigem manutenção dos índices	Sem Garantia.
(d)	Ecocataratas	Banco do Brasil/Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	ECO101	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.

Notas Explicativas

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(f)	Ecoporto Santos	Unibanco	a) Índice de Alavancagem: a relação entre a Dívida Líquida Total e o EBITDA; b) Dívida Líquida Total: a diferença entre (i) o somatório das dívidas de curto e de longo prazo; e (ii) o somatório dos saldos apresentados sob a rubrica de disponibilidade e aplicações financeiras; c) EBITDA: o resultado operacional antes da dedução do resultado financeiro líquido, dos impostos, depreciações e amortizações; d) Índice sobre cobertura de Serviço da Dívida: a relação entre o EBITDA e o somatório de despesas financeiras e parcela de Dívida a amortizar; e) Despesa Financeira: a soma de (i) juros e rendimentos devidos sobre operações financeiras passivas com terceiros, (ii) despesas de juros sobre título de renda fixa, (iii) variações monetárias e cambiais (ativas e passivas), e (iv) desembolsos com IOF, comissões e outros custos relacionados a operações de crédito; e Dívida: o somatório das dívidas de custo e de longo prazo.	Alienação fiduciária de ações.
(g)	Ecosul	Santander	A razão entre (i) Endividamento Líquido e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5; a razão entre (i) o EBITDA e (ii) o Serviço da Dívida deverá ser maior ou igual a 1,5.	Cessão dos direitos creditórios decorrentes da arrecadação de pedágio de todas as praças.
(h)	Ecoporto Santos/Ecoporto Transportes	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(i)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	BNDDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta fiança.

A Companhia apresenta a seguir o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros em 31 de março de 2014:

(b) Índices financeiros Ecopistas BNDDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL / Passivo total	> 20%	26,4%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	2,43
(iii) Dívida líquida / EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57
(g) Índices financeiros Ecosul Santander	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 1,5	0,94
(ii) EBTIDA/Serviço da dívida	> 1,5	5,31
(f) Índices financeiras Ecoporto Santos	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 4,5	3,05
(ii) EBITDA/Despesa financeira líquida	> 2,0	2,26

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Infraestrutura	09/05/2013	275.000	(365)	274.635	104,50% do CDI	8,45%

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2013, não existam saldos a pagar referente a arrendamento mercantil financeiro.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existiam saldos a pagar na modalidade de arrendamento mercantil financeiro.

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro para 31 de março de 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2013</u>
Saldo inicial	248
Encargos financeiros	1
Pagamento do principal	(179)
Pagamento de juros	(7)
Saldo final	<u>63</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro que está registrada na rubrica "Imobilizado" se refere a caminhões e apresenta valor residual de R\$515 em 31 de março de 2014 (R\$667 em 31 de dezembro de 2013).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevocáveis sujeitos a encargos de 17,36% ao ano e variação de encargos de 2,3% a 18,44%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorreu em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

19. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Principal corrigido	2.924.096	2.871.137
Remuneração (juros)	131.730	97.998
Custos com emissão de debêntures (*)	(55.239)	(58.527)
	<u>3.000.587</u>	<u>2.910.608</u>
Circulante	311.334	264.076
Não circulante	2.689.253	2.646.532

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Saldo inicial	2.910.608	2.069.647
Adição	-	-
Encargos financeiros	102.684	61.368
Pagamento principal	(3.053)	-
Pagamento de juros	(9.652)	(10.433)
Saldo final	<u>3.000.587</u>	<u>2.120.582</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

- A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018; R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019; e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

Notas Explicativas

A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração vinculada a 100% do CDI acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5% ao ano e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5,35% ao ano; elas foram precificadas utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Os índices foram atingidos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,5	1,72
(ii) EBTIDA/Despesa financeira líquida	>2,0	5,33

- A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.

A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de

Notas Explicativas

março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, todos os índices financeiros exigidos foram atendidos conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
1ª Emissão		
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 2,2	1,12
(ii) Serviço da dívida/EBITDA	> 1,3	4,50
2ª Emissão		
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,15
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	6,76

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pagos semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL / Passivo total	> 20%	26,4%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	2,43
(iii) Dívida líquida / EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57

- A controlada direta Ecoporto Holding, sucedida pela Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), concluiu em 19 de junho de 2012 a emissão de R\$600.000 em debêntures em série única de 600 debêntures com vencimento em parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de junho de 2013 e vencimento final em 16 de junho 2019. Em 27 de novembro de 2012, com a reestruturação societária, essa dívida foi incorporada pela controlada direta Ecoporto Santos S.A. O contrato requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA dos últimos 12 meses deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. E o EBITDA dos últimos 12 meses pelas despesas financeiras deve ser superior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A., Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Transporte Ltda., a partir de 30 de setembro de 2012. Para esse empréstimo foi emitida uma Carta Fiança pela controladora EcoRodovias Infraestrutura. Esta garantia manter-se-á em vigor até que a emissora mantenha, de forma consolidada, o índice de alavancagem inferior ou igual a 2,5x, por dois semestres consecutivos. Há também obrigatoriedade de manter o capital social igual ou superior a R\$39.000.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,85% ao ano, paga anualmente, e foi precificada utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os índices financeiros foram atingidos conforme demonstrado abaixo

Notas Explicativas

	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA	< 4,5	3,05
(ii) EBITDA/Despesa financeira líquida	> 2,0	2,26

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª Emissão)	Ecovias (2ª Emissão)	Ecoporto (Tecondi)	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	600 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10	R\$1.000	R\$1.000	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2014	1ª série – R\$10,21 2ª série - R\$10,84 3ª série - R\$10,85	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$3,48 3ª série - R\$3,32	1ª série – R\$1.094 2ª série – R\$1.099	Não atualizável	1ª série - R\$1.175 2ª série - R\$1.248 3ª série - R\$1.224 4ª série - R\$1.199
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série – 3,80% a.a. + IPCA 2ª série – 4,28% a.a. + IPCA	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/13 a 15/06/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/14 a 16/06/19)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)

Notas Explicativas

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1º Emissão)	Ecovias (2º Emissão)	Ecoporto (Tecondi)	Ecopistas
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a	Não aplicável	<p>a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).</p> <p>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).</p>
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva Agente fiduciário	Não aplicável Oliveira Trust DTVM S.A.	Itaú Unibanco S.A. Oliveira Trust DTVM S.A.	n/a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Não aplicável Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Itaú Unibanco S.A. Planner Trustee DTVM Ltda.
Classificação de risco	brAAA	brAAA	brAAA	Não aplicável	brAA+

Notas Explicativas

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª Emissão)	Ecovias (2ª Emissão)	Ecoporto (Tecondi)	Ecopistas
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto (Tecondi)/ Termares/ Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	105.675	(4.964)	100.711	108.953	(8.533)	100.420
2016	193.229	(7.927)	185.302	192.721	(7.927)	184.794
2017	232.164	(8.162)	224.002	231.461	(8.162)	223.299
2018	331.053	(7.757)	323.296	331.053	(7.757)	323.296
2019	364.643	(5.732)	358.911	364.643	(5.732)	358.911
2020 - 2024	1.510.521	(13.490)	1.497.031	1.469.301	(13.490)	1.455.811
	2.737.285	(48.032)	2.689.253	2.698.132	(51.601)	2.646.531

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09% 5,20% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,63% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	
1ª Emissão							
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
2ª Emissão							
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
	Ecoporto Santos	Série única	15/06/12	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%
			<u>3.101.000</u>	<u>(77.075)</u>	<u>3.023.925</u>		

20. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Ativo circulante-				
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (e)	-	-	-	85.228
Elog S.A.(f)	2	8	-	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (f)	1	-	-	-
ECO101 Concessionária de Rodovia S.A. (f)	4	-	-	-
Empresa concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	39	39	-	-
	46	47		85.228
Movimentação do Intangível:				
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	8.475	32.778
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	2.949	5.302
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	-	-	13.580	18.660
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	51.193	116.867
	-	-	76.197	173.607
Total do ativo	46	47	76.197	258.835
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Passivo circulante:				
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	-	-	1.228	1.194
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	21.035	262
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	98	427
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	1.459	1.647
Total do passivo	-	-	23.820	3.530
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Resultado:				
Receita:				
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	118	111	-	-
	118	111	-	-
Despesa:				
SBS Engenharia e Construções Ltda.(b)	-	-	-	12
STP Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A. (e)	-	-	-	975
	-	-	-	987

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R\$39.
- (b) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% de participação na controlada indireta Ecosul e 14,50% da controlada direta ECO101. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$32.603 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$26.750, totalizando R\$59.353, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é março de 2015 e em 31 de março de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$13.184. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.228 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$232.084, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2014 e até 31 de março de 2014 foram incorridos R\$142.467, e há um saldo de serviços a realizar de R\$89.617. Os saldos em aberto a pagar R\$21.035 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. – Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$210.829, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de março de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$182.210. Os saldos em aberto a pagar R\$1.557 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) Em 20 de março de 2014, a Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP, deixou de ser parte relacionada da Companhia, pela venda de participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha na mesma.
- (f) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).
- (g) Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de março de 2014. Não aparecem nas informações trimestrais por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado.

Mutuante	Mutuário	31/03/2014	31.12.2013	Vencimento	Taxa
Ecorodovias Concessões	Ecocataratas	-	71	31/12/2015	CDI + 1,20% a.a.
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	89.310	87.313	31/03/2015	100% CDI
Termares	Tecondi	37.906	38.690	Indeterminado	1% a.a.
		127.216	126.074		

Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$197.337, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Termlog Transportes e Logística Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Santos S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$50,00 e R\$80,00 por carga. No trimestre findo em 31 de março de 2014 a Termlog faturou R\$4.221 para a Ecoporto e R\$87 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 30 de abril de 2014.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 31 de março de 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo) e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em R\$20.500 (R\$13.787 para o exercício de 2013).

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Salários	954	948
Gratificações	4.000	-
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 26.f)	1.149	738
Previdência Privada	92	67
Benefícios diretos e indiretos	956	990
	<u>7.151</u>	<u>2.743</u>

Notas Explicativas

21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 8,76% a 11,99% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Adição (custo)	Pagamento	Efeito Financeiro	31/03/2013
Constituição da provisão para manutenção	520.688	20.001	-	-	540.689
Efeito valor presente sobre constituição	(113.490)	(3.972)	-	-	(117.462)
Realização da manutenção	(285.854)	-	(19.128)	-	(304.982)
Ajuste a valor presente - realizações	57.318	-	-	3.798	61.116
	<u>178.662</u>	<u>16.029</u>	<u>(19.128)</u>	<u>3.798</u>	<u>179.361</u>
Circulante	<u>63.531</u>				<u>66.252</u>
Não circulante	<u>115.131</u>				<u>113.109</u>

	31/12/2013	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2014
Constituição da provisão para manutenção	619.458	23.355	-	-	642.813
Efeito do valor presente sobre a constituição	(129.991)	(4.976)	-	-	(134.967)
Realização da manutenção	(385.722)	-	(15.376)	-	(401.098)
Ajuste a valor presente - realizações	74.303	-	-	4.364	78.667
	<u>178.048</u>	<u>18.379</u>	<u>(15.376)</u>	<u>4.364</u>	<u>185.415</u>
Circulante	<u>49.932</u>				<u>42.744</u>
Não circulante	<u>128.116</u>				<u>142.671</u>

22. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 8,76% e 11,99% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2013
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.426)	-	-	(7.426)
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	42	8.481
	<u>12.181</u>	<u>-</u>	<u>42</u>	<u>12.223</u>
Circulante	<u>2.141</u>			<u>2.141</u>
Não circulante	<u>10.040</u>			<u>10.082</u>

	31/12/2013	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2014
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.890)	-	-	(7.890)
Ajuste a valor presente - realizações	8.609	-	203	8.812
	<u>11.787</u>	<u>-</u>	<u>203</u>	<u>11.990</u>
Circulante	<u>9.519</u>			<u>9.680</u>
Não circulante	<u>2.268</u>			<u>2.310</u>

23. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

	31/03/2014	31/12/2013
Parcelas:		
Fixas – Ecovias (a)	56.583	57.806
Variável – Ecosul (b)	166	137
Variável – Ecovias (b)	1.142	1.206
Variável – Ecopistas (b)	306	324
Outras – Ecovia – Verba de fiscalização (c)	213	213
Outras – Ecovia – Verba Polícia Rodoviária (d)	946	1.550
Outras – Ecocataratas – Verba de fiscalização (e)	249	249
Outras – ECO101 – Verba de fiscalização (f)	310	310
Outras – Ecoporto – Taxas CODESP (g)	1.257	1.256
	<u>61.172</u>	<u>63.051</u>
Circulante	<u>20.262</u>	<u>20.454</u>
Não circulante	<u>40.910</u>	<u>42.597</u>

(a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de março de 2014, restam 49 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 79,58% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013).

(b) Nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a parcela variável foi calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir desta data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser de 1,5%. Na controlada Ecosul a parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação.

(c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de março de 2014 o valor atualizado mensal é de R\$213 (R\$213 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

- (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- (e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2014, a parcela reajustada é de R\$249 (R\$249 em 31 de dezembro de 2013).
- (f) Conforme contrato de concessão da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., firmado em 17 de abril de 2013, deverão ser pagos a título de fiscalização o valor mensal de R\$310 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de março de 2014 o valor atualizado mensal é de R\$310 (R\$310 em 31 de dezembro de 2013).
- (g) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo – CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de transito aduaneiro).

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, são contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	14.555	14.194
2016	13.292	12.962
2017	12.139	11.838
2018	924	3.603
	<u>40.910</u>	<u>42.597</u>

A movimentação das obrigações com o poder concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Saldo inicial	63.051	68.479
Custo (Vide nota explicativa nº 28)	13.781	16.128
Variação monetária sobre credor pela concessão	2.875	1.862
Pagamento do principal	<u>(18.535)</u>	<u>(19.855)</u>
Saldo final	<u>61.172</u>	<u>66.614</u>

Notas Explicativas

24. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Salários e outras obrigações a pagar	1.526	5.172	8.629	23.498
INSS a recolher	1.471	264	5.063	4.579
FGTS a recolher	421	86	1.477	1.477
IRRF a recolher	2.672	361	6.022	2.348
Provisão de férias	1.088	1.074	15.564	15.625
Contribuição sindical a recolher	5	-	299	22
Provisão 13º Salário	170	-	3.025	-
Encargos sobre provisões de 13º salário	59	-	1.141	-
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	416	375	5.891	5.902
	7.828	7.332	47.111	53.451

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

25. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	85.877	17.888	2.676	106.441
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	946	2.754	171	3.871
(-) Pagamentos	(2.657)	(3.220)	-	(5.877)
(+) Atualização monetária	2.637	358	51	3.046
(+/-) Reclassificações	(5.333)	5.333	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	81.470	23.113	2.898	107.481
	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2014	113.626	4.989	16.533	135.148
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	3.686	103	1.233	5.022
(-) Pagamentos	(898)	-	(1.072)	(1.970)
(+) Atualização monetária	461	64	602	1.127
(+/-) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2014	116.875	5.156	17.296	139.327

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$37.161 em 31 de março de 2014 (R\$36.535 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas com perdas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público

Notas Explicativas

em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (R\$33.093 atualizado até 31 de março de 2014), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão”, foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

- A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE, que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial e mediante depósito dos valores cobrados, à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal no mês de agosto de 2012, a Ecoporto Santos decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito retomar a cobrança oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder ao Ecoporto Santos autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de março de 2014 o valor contingenciado é de R\$59.601. (R\$58.199 em 31 de dezembro de 2013). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de março de 2014, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$23.242 (R\$19.031 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Os principais processos tributários são conforme segue:

Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de março de 2014 é de R\$5.488 (R\$5.359 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante, exceto ação mencionada abaixo. Em 31 de março de 2014, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$48.490 (R\$37.012 em 31 de dezembro de 2013), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada indireta Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013, o banco Bradesco

Notas Explicativas

executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para essa ação, atualizado até 31 de março de 2014 de R\$1.425. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever é objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, ainda sem julgamento de mérito, razão pela qual prevê-se um futuro possível ressarcimento dos valores desembolsados pela controlada Ecocataratas, em ação de execução de sentença arbitral.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

a) Capital social

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de março de 2014, o saldo é de R\$131.747 (R\$131.747 em 31 dezembro de 2013).

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$388.105, correspondente a lucros gerados nos exercícios de 2010 e 2011, líquidos de dividendos distribuídos.

e) Dividendos propostos

No trimestre findo em 31 de março de 2014 não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

Notas Explicativas

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 6.016.691 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª Outorga 31/08/2010	2ª Outorga 22/03/2011	3ª Outorga 25/04/2012	4ª Outorga 25/04/2013
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074	2.594.808
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No período findo em 31 de março de 2014 foi registrado na rubrica "Plano de opção com base em ações" o valor de R\$1.149 (R\$738 em 31 de março de 2013).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	-	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	-	(454.309)
Em 31 de dezembro de 2012	388.859	1.015.146	1.524.074	-	2.928.079
Outorgadas	-	-	-	2.594.808	2.594.808
Exercidas	(79.886)	(168.658)	(96.913)	(67.587)	(413.044)
Canceladas	(81.715)	(246.373)	(377.491)	(486.339)	(1.191.918)
Em 31 de dezembro de 2013	227.258	600.115	1.049.670	2.040.882	3.917.925
Outorgadas	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	227.258	600.115	1.049.670	2.040.882	3.917.925

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total do custo	Prazo para exercer
2015	16,56	1.332.732	3,17	4.225	11 meses
2016	17,22	1.029.720	3,50	3.604	23 meses
2017	19,39	648.702	4,90	3.179	35 meses
		3.011.154	3,86	11.008	

Notas Explicativas

g) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou 3 programas de Recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000

As ações em tesouraria possuem como finalidade a liquidação das opções quando da outorga do plano de opções de ações (vide nota explicativa nº 26.f).

Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Ações		Custo médio R\$ por ação
	Quantidade	Valor	
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Exercidas em 2012	(454.309)	6.945	15,29
Recompra em 2012	480.495	(7.759)	16,15
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)	16,08
Exercidas em 2013	(345.457)	5.883	17,03
Recompra em 2013	712.482	(11.546)	16,21
Cessão diretores	(3)	-	17,03
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	542.710	(8.488)	15,64
Recompra em 2014	1.040.282	(13.040)	12,65
Saldo final em 31 de março de 2014	1.582.992	21.528	13,60

A Companhia mantém em tesouraria 1.582.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de março de 2014, de R\$13,60. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 31 de março de 2014, é de R\$21.529.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

Notas Explicativas

h) Participações dos acionistas não controladores

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	26.059	17.911
Participação nos lucros	(3.733)	1.662
Aporte de capital de acionista não controlador	25.216	-
Venda de participação ECO101	-	12.819
Pagamento de dividendos à acionista não controlador	(499)	(6.333)
Saldo final	<u>47.043</u>	<u>26.059</u>

27. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	198.337	186.518
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	218.780	185.009
Vale-pedágio	39.036	37.373
Outras	192	141
	<u>456.345</u>	<u>409.042</u>
Receitas de construção (vide nota explicativa nº 35)	119.514	58.075
Receitas portuárias (d)	130.328	145.263
Receitas acessórias (b) e (c)	15.664	13.800
	<u>265.506</u>	<u>217.138</u>
Receita bruta total	721.851	626.180
Deduções de receita (e)	(59.614)	(57.848)
Receita líquida	<u>662.237</u>	<u>568.332</u>

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.
- (d) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Termares e Termlog, adquiridas em maio e junho de 2012.
- (e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

Notas Explicativas

	31/03/2014	31/03/2013
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	456.345	409.042
Receitas portuárias	130.328	145.263
Receitas acessórias	15.664	13.8000
	602.337	568.105
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(25.130)	(23.551)
PIS (ii)	(5.450)	(5.091)
ISS (iii)	(28.000)	(26.408)
Outros – ICMS	(88)	(27)
Devoluções e Abatimentos	(946)	(2.771)
	(59.614)	(57.848)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%

(iii) Alíquota de 2% a 5%.

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

<u>Controladora</u>	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal	13.571	5.687
Conservação e manutenção	85	136
Serviços de terceiros	6.180	7.618
Seguros (vide nota explicativa nº 34)	48	88
Depreciações e amortizações	158	151
Locação de imóveis e máquinas	538	469
Outras despesas operacionais	429	824
	21.009	14.973

Classificados como-

Despesas gerais e administrativas

21.009	14.973
---------------	---------------

Consolidado

	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal	86.221	71.151
Conservação e manutenção e outros	19.209	17.371
Serviços de terceiros (*)	65.111	63.849
Seguros (vide nota explicativa nº 34)	4.625	4.887
Depreciações e amortizações	71.661	46.108
Poder Concedente	13.781	16.128
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	6.820	5.486
Provisão para manutenção	18.379	16.029
Custo de construção de obras (vide nota explicativa nº 35)	119.514	58.075
Outros custos e despesas operacionais	17.369	18.628
	422.690	317.712

Classificados como:

Custo dos serviços prestados

329.469	245.631
----------------	----------------

Despesas gerais e administrativas

93.221	72.081
---------------	---------------

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas**29. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	4.300	7.463	28.808	15.090
Juros ativos	-	-	-	-
Atualização monetária de créditos fiscais	380	364	2.880	1.755
Outras	-	-	774	1.789
	4.680	7.827	32.462	18.634
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(53.790)	(40.831)
Juros sobre empréstimos e financiamentos e leasing	(7.295)	(10.052)	(18.885)	(16.495)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(45.606)	(19.094)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(2.875)	(1.862)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(3.288)	(1.443)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(4.567)	(3.840)
Despesas bancárias	(23)	(37)	(605)	(250)
Comissão notas promissórias	(84)	(1.293)	(84)	(1.293)
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	-	(100)
IOF s/operações financeiras	(1.115)	-	(1.115)	-
Outras	(91)	(1.139)	(3.242)	(8.032)
	(8.608)	(12.521)	(134.057)	(93.240)
Resultado financeiro	(3.928)	(4.694)	(101.595)	(74.606)

30. LUCRO POR AÇÃO

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,52	0,20
Lucro diluído por ação das operações continuadas	0,51	0,20

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	288.408	111.155
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(654)	(274)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	558.045	558.425
Lucro básico por ação – R\$	0,52	0,20

Notas Explicativas

b) Lucro diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções do plano de opção de compra de ações, divulgado na nota explicativa 26.f):

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	288.408	111.155
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	558.045	558.425
Ajuste por opções de compra de ações	3.918	2.928
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	561.963	561.353
Lucro diluído por ação – R\$	0,51	0,20

31. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 31 de março de 2014, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.315 (R\$873 em 31 de março de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente detalhados nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº23, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 26).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Derivativos

A controlada direta Ecoporto Santos possui financiamento em moeda estrangeira para ampliação dos Cais para utilização em suas operações, que representa valor de US\$ 37.903. O contrato apresenta vencimento em julho de 2014, tendo como contraparte Unibanco – União de Bancos Brasileiros SA. A operação de “swap” em 31 de março de 2014 consiste na troca da variação do CDI acrescida de 0,150103% ao ano por variação cambial, registrada na rubrica “Despesas financeiras”, no valor de R\$10.350 em 31 de março de 2014 (R\$14.932 em 31 de dezembro de 2013).

<u>Operação de Swap</u>	<u>Contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Taxas</u>		<u>Consolidado</u>			
				<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>31/03/2014</u>		<u>Valor a (pagar)/receber</u>	
						<u>Valor de referência</u>	<u>R\$ mil</u>		<u>U\$ mil</u>
Dólar x Reais	21/07/2008	21/07/2014	ITAÚ UNIBANCO	2% CDI	V.Cambial do dólar	3.158		1.661	3.158

a) Risco de mercado

i. Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

ii. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, remunerados a taxas média ponderada de 100,6,% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 23.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Dívida (a)	298.141	290.762	3.883.113	3.763.674
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(406.007)	(177.016)	(1.533.949)	(1.152.588)
Dívida líquida	(107.866)	113.746	2.349.164	2.611.086
Patrimônio líquido (b)	2.327.593	2.071.970	2.374.636	2.098.029
Índice de endividamento líquido	(0,05)	0,05	0,99	1,24

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e obrigações com o poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 23.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2014 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	17.153	17.153
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	139.847	139.847
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	1.516.796	1.516.796
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	68.025	68.025
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	821.354	821.354
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	3.000.587	3.000.587
Obrigações com o poder concedente (e)	Outros passivos financeiros	61.172	69.403

(b) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(c) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(d) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com as taxas indicativas da BM&F em 31 de março de 2014, com base nas parcelas a vencer.

(e) As debêntures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures (quando houver) e conforme o Preço Unitário - PU atualizado em 31 de março de 2014. Nos demais casos, o cálculo foi feito através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, à taxas indicativas da BM&F data base 31 de março de 2014.

(f) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o poder concedente".

As referidas taxas e PUs utilizados para as projeções de mercado foram extraídos das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br.

b) Riscos da taxa de câmbio

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

Notas Explicativas

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada direta Ecoporto Santos S.A., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a controlada Ecoporto Santos S.A. possui o seguinte contrato em moeda estrangeira:

<u>Credor</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Finimp – Moeda US\$	4.062	4.012

c) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

d) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$70.915 (R\$85.228 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada efetiva - % a.a.)	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	35.210	34.722	34.187	143.784
BNDES	TJLP + 3,16% a.a.	1.383	18.685	-	-
BNDES	TJLP + 4,16% a.a.	665	8.051	-	-
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	945	1.031	903	3.433
Finame	TJLP + 2,8% a.a.	2.531	2.383	2.235	2.747
Capital de giro	108% do CDI	217.715	-	-	-
Capital de giro	CDI + 2,03% a.a.	14.419	-	-	-
Finame	TJLP + 3,4% a.a.	1.040	976	469	13
Finame	TJLP 4,4% a.a.	401	370	153	-
Finame	2,50% a.a.	53	52	50	262
Finame	TJLP + 6,0% a.a.	342	313	128	-
Finame	7,7% a.a.	2.102	1.972	1.841	440
BNDES	UMBNDDES + 3,16% a.a.	484	8.820	-	-
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	15.691	16.839	185.043	-
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	26.328	27.936	110.505	189.910
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	110.782	-	-	-
Finame	TJLP + 2,4% a.a.	270	276	259	31
Finame	TJLP + 5% a.a.	54	56	51	8
Finame	TJLP + 1,8% a.a.	5.738	5.437	5.133	6.369
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	51.319	59.566	64.792	683.775
Debêntures	IPCA + 5,00% a.a.	9.007	9.530	10.142	101.676
Debêntures	IPCA + 5,35% a.a.	24.134	25.456	27.071	836.256
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.096	8.529	9.015	326.501
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	31.048	32.709	34.575	1.500.278
Notas promissórias	104,5% do CDI	300.992	-	-	-
Capital de giro	CDI + 0,15% a.a.	7.192	-	-	-
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a.	15.139	3.953	-	-
Finimp	4,60% + Var.cambial	3.940	3.721	1.946	-
Finimp	5,20% + Var.cambial	81	77	72	34
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	129.478	160.175	152.425	461.066
Swap	Var. Cambial	3.198	-	-	-

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras	Baixa do CDI	122.901	92.176	61.451
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures -Ecovias	Alta do IGP-M	(48.617)	(49.296)	(49.907)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do CDI	(55.517)	(67.256)	(78.937)
Juros sobre a 2ª e 3ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do IPCA	(33.227)	(33.548)	(33.865)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão	Alta do IPCA	(39.084)	(39.179)	(39.271)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	(39.139)	(39.545)	(39.947)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(36.985)	(42.694)	(49.518)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(17.094)	(19.303)	(21.487)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(761)	(886)	(1.010)
Juros sobre debêntures - série única – Ecoporto Santos	Alta do CDI	(26.585)	(30.007)	(33.385)
Juros sobre notas promissórias	Alta do CDI	(26.050)	(26.723)	(27.381)
Empréstimos e financiamentos	Alta da Libor	(3.674)	(4.593)	(5.511)
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	(472)	(590)	(708)

Notas Explicativas

Juros sobre obrigações com o poder concedente	Alta do IGP-M	(76)	(95)	(114)
Juros a incorrer, líquidos		(204.380)	(261.539)	(319.590)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de março de 2014 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Risco de mudança nas taxas de câmbio

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	(2,6)	(3,25)	(3,90)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,00%	13,75%	16,50%
IGP-M (b)	6,12%	7,65%	9,18%
IPCA (c)	6,14%	7,68%	9,21%
TJLP (d)	5,00%	6,25%	7,50%
US\$ (e)			
Libor 6meses (f)	%	%	%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

(e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano projetada para 12 meses.

(f) Refere-se a Libor 6 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

33. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a

Notas Explicativas

Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$620 (R\$469 em 31 de março de 2013), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

34. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$777 milhões
"All Risk" – equipamentos e móveis	R\$728 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$1,9 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$9,5 milhões
Seguro-sede	R\$4 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1,7 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" – obras de conservação e manutenção	R\$313 milhões
"All Risk" - operador portuário	US\$230 milhões
Multirisco	R\$22 milhões

35. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- I. Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- II. Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- III. Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

Notas Explicativas

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita de construção	6.986	2.449
Custos de construção	(6.986)	(2.449)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

Notas Explicativas

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. Apartir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos. Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita de construção	49.958	20.404
Custos de construção	(49.958)	(20.404)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Notas Explicativas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. Apartir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.

Notas Explicativas

- e) Emprego de verbas do tesouro.
f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita de construção	23.607	23.596
Custos de construção	(23.607)	(23.596)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 30 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União, a Resolução Nº4.236/13 e Resolução Nº4.237/13 da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul, sua controlada indireta. Com estas resoluções, as tarifas de pedágio para veículos de passeio foram reduzidas em 22,2% e as tarifas de pedágio para veículos pesados foram reduzidas em 4,2%. Em complementação houve: (i) devolução de trecho não pedagiados da BR-293, que liga Pelotas a Bagé, com 161,1 km e acesso aos Molhes da Barra na

Notas Explicativas

rodovia BR-392, com 5,4km, totalizando 166,5 km de rodovias simples; (ii) incorporação da pista duplicada da BR-392, trecho Pelotas a Rio Grande, com extensão de 51,8 km e; (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016, em linha com os padrões dos demais programas de concessões rodoviárias federais. O Termo Aditivo ao Contrato relativo a esses itens está em fase de elaboração e é fruto de negociações entre a Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias do Polo de Pelotas.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita de construção	7.711	3.481
Custos de construção	(7.711)	(3.481)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2014, a parcela reajustada é de R\$249.

Notas Explicativas

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita de construção	47	8.145
Custos de construção	(47)	(8.145)
	<u>-</u>	<u>-</u>

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. foi constituída em 22 de março de 2012, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 17 de abril de 2013. O início de suas operações está previsto para maio de 2014 com o início da cobrança de pedágio. A ECO101 tem como objeto social a exploração, pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ.

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio;
- b) Recursos para Desenvolvimento Tecnológico: Durante todo o período da concessão, a

Notas Explicativas

concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT;

O contrato de concessão da ECO101 foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2014</u>
Receita de construção	<u>31.206</u>
Custos de construção	<u>(31.206)</u>
	<u>-</u>

Compromissos relativos às concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	<u>31.03.2014</u>					
	<u>Ecovia</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Ecopistas</u>	
	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Total</u>
	<u>2014 a 2021</u>	<u>2014 a 2026</u>	<u>2014 a 2018</u>	<u>2014 a 2021</u>	<u>2014 a 2039</u>	
<u>Natureza dos Custos</u>						
Melhorias na infraestrutura	148.008	141.444	412.664	815	279.358	982.289
Conservação especial (manutenção)	61.174	32.229	309.348	309.717	413.923	1.126.391
Equipamentos	10.331	11.675	54.321	61.527	191.159	329.013
Total	219.513	185.348	776.333	372.059	884.440	2.437.693

	<u>31.12.2013</u>					
	<u>Ecovia</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Ecopistas</u>	
	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	
	<u>2014 a 2021</u>	<u>2014 a 2026</u>	<u>2014 a 2018</u>	<u>2014 a 2021</u>	<u>2014 a 2039</u>	<u>Total</u>
<u>Natureza dos Custos</u>						
Melhorias na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288	1.062.727
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120	1.124.719
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355	323.736
Total	222.408	188.882	835.882	374.247	889.763	2.511.182

Os investimentos relativos à Concessionária ECO101 estão sob revisão e serão apresentados oportunamente.

36. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA, ECOCATARATAS E ECOPORTO SANTOS

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

Notas Explicativas

As companhias buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degraú tarifário previsto para o dezembro de 2013 nas praças de pedágio da Ecocataratas.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI teve seu encerramento oficial em 04/03/2014 e aguarda-se a entrega do relatório final.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, sendo obrigatório o Poder Concedente responsável concedê-la se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria Especial dos Portos – SEP, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquáticos - ANTAQ a responsável pela fiscalização. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, entende-se que é prudente a observância da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos seja acompanhado de estudo de viabilidade, bem como das informações necessárias à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das novas bases contratuais. O Ecoporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o seu pedido com o estudo de viabilidade, seguindo os procedimentos estabelecidos na normatização em vigor à época do requerimento. Assim, em face da

Notas Explicativas

legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 2.240/11, conforme alterada pela Resolução ANTAQ nº 2.826/2013, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares apensas, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato e de seus aditivos, bem como da representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União, sobre a mesma matéria. Apesar das decisões iniciais, a Administração considera significativa a probabilidade de reversão destes julgados e êxito em tais demandas, o que possibilitará a prorrogação do contrato, em linha com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina jurídica dominante. Nas primeiras ações anteriormente mencionadas pendem de julgamento recursos de apelação ajuizados pelo Ecoporto Santos e, no procedimento administrativo destacado, julgamento de embargos declaratórios também por ele ajuizados. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas e ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado. A Companhia detém 80% das empresas de logística. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes empresas: Elog S.A., Elog Logística Sul Ltda., Ecopátio Logística Cubatão Ltda., ELG-01 Participações Ltda., Anish Empreendimentos e Participações Ltda. e Paquetá Participações Ltda..

c) "Holding" e serviços

Este segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil. Além da STP, este segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

d) Portos

A partir de 31 de maio de 2012, com a aquisição das empresas de segmento portuário, a Companhia passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, neste segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares – Terminais Marítimos Especializados Ltda e Termlog Transporte e Logística Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/03/2014	31/03/2013
Concessões	71,2%	68,7%
Logística	15,6%	9,5%
"Holding" e serviços	6,8%	2,1%
Portos	6,5%	19,7%

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 31 de março de 2014 e 2013. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

31 de dezembro de 2013									
Contas	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Total	Ajustes CPC 36 (R3) /IFRS10	Consolidado
Ativo Circulante	595.658	247.510	139.611	676.056	1.658.835	(51.806)	1.607.029	(240.151)	1.366.878
Ativo não Circulante	3.072.974	717.143	426.686	3.490.587	7.707.390	(2.383.063)	5.324.327	(190.437)	5.133.890
Total do Ativo	3.668.632	964.653	566.297	4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768
Passivo Circulante	655.662	198.437	83.223	446.098	1.383.420	(51.107)	1.332.313	(166.454)	1.165.859
Passivo Não Circulante	1.860.697	652.774	249.068	825.942	3.588.481	(87.468)	3.501.013	(264.133)	3.236.880
Patrimônio Líquido	1.152.273	113.442	234.006	2.894.603	4.394.324	(2.296.294)	2.098.030	(1)	2.098.029
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.668.632	964.653	566.297	4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768
31 de março de 2013									
Contas	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Total	Ajustes CPC 36 (R3) /IFRS10	Consolidado
Receita líquida	443.932	127.303	61.255	45.107	677.597	(31.477)	646.120	(77.788)	568.332
Custo dos serviços prestados	(190.641)	(54.697)	(49.250)	(22.422)	(317.010)	17.661	(299.349)	53.718	(245.631)
Lucro Bruto	253.291	72.606	12.005	22.685	360.587	(13.816)	346.771	(24.070)	322.701
Receitas (despesas) operacionais	(30.858)	(40.092)	(11.849)	(25.317)	(108.116)	20.072	(88.044)	15.955	(72.089)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	2.977	2.977
Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	222.433	32.514	156	(2.632)	252.471	6.256	258.727	(5.138)	253.589
Resultado financeiro	(35.196)	(11.864)	(3.390)	(27.341)	(77.791)	9	(77.782)	3.176	(74.606)
Lucro/Prejuízo Operacional dos impostos	187.237	20.650	(3.234)	(29.973)	174.680	6.265	180.945	(1.962)	178.983
Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.591)	(4.208)	789	(2.768)	(66.778)	(2.041)	((68.819)	1.962	(66.857)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	126.646	16.442	(2.445)	(32.741)	107.902	4.224	112.126	-	112.126
Atribuível a:									
Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	111.155
Outros Acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	971

Notas Explicativas

31 de março de 2014

Contas	31 de março de 2014							Ajustes CPC	Consolidado contábil
	Concessões	Portos	Logística	Holding e Serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado	36 (R3) /IFRS10	
Ativo Circulante	648.777	262.794	120.509	908.590	1.940.670	(77.577)	1.863.093	(119.053)	1.744.040
Ativo não Circulante	3.221.968	749.912	434.513	3.622.151	8.028.544	(2.575.290)	5.453.254	(205.325)	5.247.929
Total do Ativo	3.870.745	1.012.706	555.022	4.530.741	9.969.214	(2.652.867)	7.316.347	(324.378)	6.991.969
Passivo Circulante	704.754	244.003	94.919	440.401	1.484.077	(114.786)	1.369.291	(80.709)	1.288.582
Passivo Não Circulante	1.934.459	648.890	230.914	847.547	3.661.810	(96.612)	3.565.198	(236.447)	3.328.751
Patrimônio Líquido	1.231.532	119.813	229.188	3.242.793	4.823.326	(2.441.468)	2.381.858	(7.222)	2.374.636
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.870.745	1.012.706	555.021	4.530.741	9.969.213	(2.652.866)	7.316.347	(324.378)	6.991.969
Receita Líquida	549.828	120.206	52.608	49.942	772.584	(46.648)	725.936	(63.699)	662.237
Custo dos serviços prestados	(284.860)	(53.791)	(46.609)	(26.099)	(411.359)	27.720	(383.639)	54.169	(329.470)
Lucro bruto	264.968	66.415	5.999	23.843	361.225	(18.928)	342.297	(9.530)	332.767
Receitas (despesas) operacionais	(42.736)	(39.582)	(10.158)	237.746	145.270	19.013	164.283	11.965	176.248
Equivalência patrimonial Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	222.232	26.833	(4.159)	490.769	735.675	(229.095)	506.580	1.508	508.088
Resultado Financeiro	(66.304)	(13.015)	(4.290)	(22.035)	(105.644)	-	(105.644)	4.049	(101.595)
Lucro/Prejuízo Operacional antes dos impostos	155.928	13.818	(8.449)	468.734	630.031	(229.094)	400.937	5.556	406.493
Imposto de Renda e Contribuição Social	(51.563)	(6.001)	3.630	(64.983)	(118.917)	7.221	(111.696)	(10.122)	(121.818)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	104.365	7.817	(4.819)	403.751	511.114	(221.873)	289.241	(4.566)	284.675
Atribuível a:									
Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	288.408
Outros acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	3.733

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 17 de abril de 2014, através de Fato Relevante divulgado ao mercado, a Companhia comunicou a aprovação pelo Conselho de Administração da 5ª emissão de Notas Promissórias no valor de R\$275.000. Sendo composta por 275 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$1.000, com prazo de vencimento para 360 dias.

Em 28 de abril de 2014 conforme deliberado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, foi aprovada a destinação do lucro líquido referente o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e distribuição de dividendos aos acionistas no valor total de R\$666.400. Considerando o valor de R\$180.000 já pagos aos acionistas em 25 de novembro de 2013, a título de dividendos intermediários, serão distribuídos conforme deliberação do Conselho de Administração o montante de R\$486.400. R\$388.105 serão revertidos da reserva de lucros relacionadas aos anos de 2010 e 2011 e R\$98.295 serão distribuídos dos lucros de 2013.

Em 29 de abril de 2014 conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$486.400, ou seja, R\$0873067589 por ação ordinária integrante do capital social integralizado, exceto pelas ações em tesouraria naquela data, sendo que o pagamento será realizado à partir de 15 de maio de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de maio de 2014.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5

